



EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 35 ANOS DE CRIAÇÃO DO CORECON-MA

BANDEIRA TRIBUZI

FORMAÇÃO
ECONÔMICA
DO MARANHÃO

UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO

2ª EDIÇÃO

SÃO LUÍS
2011

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO

Uma Proposta de Desenvolvimento



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO MARANHÃO – 15ª REGIÃO

Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Presidente

José Cursino Raposo Moreira
Vice-Presidente

CONSELHEIROS EFETIVOS

Antonio Oscar Pereira Filho

Carlos Alberto Maranhão

Clodomir Cunha Ladeira

Heloizo Jerônimo Leite

Luiz Augusto Lopes Espíndola

Manuel Galdino de Albuquerque

Marco Antonio Moura da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTE

Almir Bruno Jacinto Tavares

Eduardo Cássio Beckman Gomes

Lino Antonio Raposo Moreira

Lusélias Soares Sales Lopes

Maria Lúcia da Silva Pereira

Pablo Zarthur da Cunha Rebouças

Ronaldo Ferreira Braga

Valeska Rogéria Vieira Trinta

Antonio Tiboni

FORMAÇÃO
ECONÔMICA
DO MARANHÃO
UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO

2ª EDIÇÃO

São Luís
2011

Foto da capa: Bandeira Tribuzi em 1958, na sua granja Rosa da Esperança no bairro do Turu

1ª edição: São Luís: Fipes, 1981. 60 p.; tab.; 22 cm

Editoração eletrônica, revisão de texto e notas
Lino Raposo Moreira

Planejamento gráfico e tratamento de imagens
Studio Edgar Rocha

Tribuzi, Bandeira

Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento/Bandeira Tribuzi. –
Coordenação editorial de Lino Raposo Moreira – 2. ed. – São Luís: Conselho Regional de Economia
do Maranhão, 2011.

100 p.; il.; tab.; 26x26cm. (Edição comemorativa dos 35 anos de criação do Conselho Regional
de Economia do Maranhão).

ISBN: 978-85-98274-25-6

1. Maranhão - História. 2 Maranhão - Economia I. Título

CDD 981.21

Rua Portugal, em São Luís – Do álbum Maranhão 1908, de Gaudêncio Cunha.



Fábrica de Tecidos Santa Isabel, em São Luís – Do álbum Maranhão 1908, de Gaudêncio Cunha.



SUMÁRIO

<i>Conselho Regional de Economia do Maranhão — 35 Anos</i>	11
<i>Esta Edição</i>	15
<i>Apresentação da 1ª Edição</i>	17
<i>Tribuzi, Vida e Obra</i>	23
FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO	
Período Colonial	31
Período Imperial	41
Século Vinte	48
Evolução Recente da Economia Estadual	61
O Último Decênio	67

UM PROJETO PARA O MARANHÃO

Considerações Gerais	71
Modelo Maximizador dos Efeitos Econômicos	71
Modelo de Modernização Relativa com Aproveitamento mais Racional dos Fatores Efetivamente Disponíveis	72
Um Projeto para o Maranhão	84
Observação Final	89

Sobre Bandeira Tribuzi

<i>Sálvio Dino</i>	92
<i>Edson Vidigal</i>	94
<i>Francisco Tribuzi</i>	97

<i>Índice Remissivo</i>	99
-------------------------	----



Vapor da Navegação Fluvial – Do álbum Maranhão 1908, de Gaudêncio Cunha.



*Rua Afonso Pena – Do álbum Maranhão 1908,
de Gaudêncio Cunha.*

Conselho Regional de Economia do Maranhão — 35 Anos

Várias alternativas se apresentavam a nós, do CORECON-MA, para comemorarmos a passagem dos 35 anos de sua criação no Maranhão. Pensou-se, a princípio, no cumprimento de uma extensa programação de eventos ao longo do ano de 2010, assim assinalando em cada um deles um aspecto diferente do significado da instalação da entidade entre nós. Afinal, a história desse acontecimento é muito reveladora das características e circunstâncias da própria categoria dos economistas maranhenses. Vários de seus mais ilustres membros, egressos das primeiras turmas que se foram graduando, a partir de 1968, na velha Faculdade da rua Afonso Pena, em São Luís, dela participaram com dedicação e entusiasmo. As providências que foram preciso tomar, a formação de alianças estratégicas com outros Estados e atores para alcançar o objetivo de criar o CORECON-MA, tudo isso dignifica os seus membros e merece ser imortalizado em estudos e publicações.

Entretanto, acabamos por optar por outro caminho, aparentemente diferente deste, mas, na verdade, tão pertinente à comemoração quanto ele. E que caminho afinal foi esse e por que o escolhemos? O CORECON, do ponto de vista formal, é entidade voltada à fiscalização, defesa e valorização da profissão do economista, apresentando, portanto, feição fortemente corporativa. Esta é uma função fundamental e, sobretudo, nos momentos iniciais da regulamentação da profissão, certamente teve grande importância, contribuindo expressivamente para a sua consolidação. Mas, os Conselhos de Economia desenvolveram papéis outros junto aos seus filiados, que ampliaram o escopo de sua atuação, sendo o da capacitação e atualização dos seus membros tanto o mais demandado pela própria base quanto o que mais evoluiu ao longo do tempo.

A entidade, ao longo destes 35 anos de existência, igualmente nunca descuidou de aspectos ditos culturais a sua atuação, tendo, por exemplo, em 2005, promovido em São Luís o lançamento das *Obras completas* do economista maranhense Inácio Rangel, em parceria com a Academia Maranhense de Letras e a Universidade Federal do Maranhão, evento de grande repercussão na cidade e de aprovação unânime por parte da comunidade ludovicense. Aliás, o vínculo dos economistas com o segmento cultural é forte e natural, lembrando-se que o professor Celso Furtado foi ministro da pasta da cultura, onde desenvolveu marcante trabalho.

Ante o esgotamento da obra *Formação econômica do Maranhão*, do economista maranhense Bandeira Tribuzi, a sua reedição impôs-se a nós como a mais apropriada forma de assinalarmos o 350 aniversário de instalação do CORECON-MA. A escassez de bibliografia sobre o tema da nossa formação econômica é, de fato, um problema sério que tem impedido um melhor conhecimento e interpretação de nossa História. Tal lacuna, por outro lado, inibe a elaboração de estudos prospectivos acerca de nossa economia. Assim entendemos que estaríamos prestando relevante serviço a toda a sociedade maranhense com esta iniciativa, o que, pela sua pertinência, também sensibilizou a Vale e o Sebrae-MA a viabilizarem financeiramente a publicação.

A reedição do *Formação* foi objeto de minucioso trabalho de revisão e produção de notas explicativas do Conselheiro Lino Raposo Moreira, o que ajuda a compreender o contexto e época de elaboração do livro, e também traz uma cronologia da vida e obra do autor e depoimentos de seus familiares e contemporâneos, dando ideia do perfil humano e profissional de Bandeira Tribuzi. Também se cuidou de dotar a publicação de uma parte iconográfica que a valoriza bastante, trabalho confiado ao fotógrafo Edgar Rocha, profissional de larga experiência neste tipo de trabalho.

Entendemos que a reedição da obra de Tribuzi constitui também uma homenagem dos colegas de profissão a ele, apesar de não ter integrado os nossos quadros de filiados. É como se lhe tivesse sendo atribuída uma inscrição emérita pelo conjunto de sua obra econômica sobre o Maranhão, que não se limita a este texto, compreendendo outros títulos cujas referências constam da cronologia acima referida.

A nossa expectativa é que este livro, projeto que figurou como o principal item do nosso programa de trabalho de 2010, motive um renascimento de pesquisas e estudos sobre o seu objeto, aprofundando-o e atualizando-o à luz de novas fontes de informação e novos ângulos de interpretação que se desenvolveram desde a sua elaboração. A comemoração dos 35 anos de instalação do Conselho não poderia ser mais bem realizada que por este modo, colocando a nossa entidade entre os incentivadores da pesquisa da realidade socioeconômica maranhense.

DILMA RIBEIRO DE SOUSA PINHEIRO

Presidente do CORECON-MA

São Luís, dezembro de 2010.

Fábrica de fiação e tecidos do Rio Anil, em São Luís – Do Álbum do Tricentenário, Maranhão 1612-1912.



Esta Edição

A *Formação econômica do Maranhão* apareceu em 1981, quatro anos após o falecimento de Bandeira Tribuzi em 8 de setembro de 1977, editada sob a responsabilidade do Instituto de Pesquisas Econômicas do Maranhão – IPES, tendo a direção editorial de Joaquim Itapary Filho.

Por ser obra póstuma que não havia passado por uma revisão final, característica aliás evidente da leitura da primeira edição, algumas informações sobre fontes ficaram por completar ou estão ausentes. Nessas ocorrências e sempre que possível, as completamos ou fornecemos. Infelizmente, o manuscrito em que Itapary se baseou não está mais disponível hoje em arquivos públicos ou da família do autor, impedindo-nos de fazer o necessário cotejo com o que foi publicado na primeira edição.

As notas desta edição, nas tabelas e nos pés de página, estão assim identificadas:

- 1) BT = Bandeira Tribuzi (notas do próprio autor).
- 2) ITAPARY = Joaquim Itapary Filho, editor da primeira edição.
- 3) LM = Lino Moreira, editor desta edição.

As poucas inserções feitas ao texto original, para breve complementação ou esclarecimento de informações, foram postas entre colchetes, como, por exemplo, na nota 15: “tinha um capital [404:788\$533,] equivalente a...”. A quantia entre colchetes foi acrescentada nesta edição. Em citações, reticências entre colchetes indicam a supressão de parte do texto citado.

Nas tabelas, também em pequeno número, faltam títulos em colunas, agora acrescentados, quando não havia dúvidas sobre sua correta designação, em geral por similitude com o título de outra ou outras ou quando o próprio texto o sugeria. Notas foram feitas nesses casos. Houve uma ocorrência de coluna em branco. Como os valores que ela deveria conter nada mais eram do que o resultado de cálculo feito com os de colunas vizinhas, eles foram calculados, preenchendo-se com os resultados o que faltava (ver nota na tabela 17).

Um índice remissivo foi elaborado. Mesmo em livro não volumoso, acreditamos que sua disponibilização será de grande utilidade para os leitores.

A respeito de Bandeira Tribuzi, adicionamos no final depoimentos de amigos e de seu filho Francisco Tribuzi, que expressam diferentes e particulares visões sobre o homem e o economista autor de *Formação econômica do Maranhão*.

LINO RAPOSO MOREIRA
São Luís, dezembro/2010



Maranhão trecho da Rua Oswaldo Cruz.

Apresentação da 1ª Edição

Esta é mais uma obra de José Tribuzi Pinheiro Gomes (Bandeira Tribuzi), poeta maranhense recentemente falecido que, juntamente com outros talentos literários de sua geração, fizeram inscrever o Maranhão nos quadros da moderna literatura brasileira com obras de alto valor poético e humanístico.

Jornalista detentor de coragem cívica extraordinária, Bandeira Tribuzi fez das redações de jornais onde militou o gabinete de pesquisa da realidade social e política do seu Estado, por quem seu coração, até à morte prematura, se encontrava irremediavelmente apaixonado.

As lides políticas, às quais se entregou franciscamente, humildemente e, às vezes, anonimamente, mas com exuberante paixão e invulgar determinação, não turbaram a sua visão científica dos fenômenos econômicos e sociais ocorridos à sua volta, nem lhe embotaram a erudita capacidade de compreensão dialética da História maranhense.

Ao contrário, o seu engajamento nas causas políticas populares, resultante natural da formação filosófica marxista, obtida no estudo de Rosental, Plekanov, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Engels e outros tantos filósofos do materialismo dialético e do socialismo, durante os anos em que frequentou o curso de bacharelado em ciências econômicas da Universidade de Coimbra, fez com que a sua visão crítica e analítica dos fenômenos históricos ocorridos no Maranhão ganhasse a autenticidade suficiente para ser ele o intérprete mais fiel da história do povo nesta parte do Brasil.

Líder de várias gerações maranhenses, sobre as quais exerce ainda notável e benéfica influência filosófica e para as quais traçou claros caminhos a percorrer na densa e emaranhada floresta política nacional, Tribuzi não teria completada a sua imorredoura obra de revolucionário do pensamento se não deixasse a seus discípulos, e para a posteridade, um livro em que sistematizasse os resultados de suas observações sobre a economia do Estado que tanto amou.

Graças ao trabalho paciente de sua mulher Maria e de alguns ex-alunos seus, aqui estão as notas que Bandeira deixou sobre a evolução histórica da economia maranhense, desde os tempos

coloniais até os últimos dias em que ele, mansamente, pôde olhar, com seu olhar profundo e percuciente, a realidade de nossa terra.

É verdade que tais notas podem conter imprecisões, lapsos ou equívocos. Certamente, elas não tinham caráter definitivo. Sei, mesmo, que Tribuzi pensava em revê-las com o cuidado e o desvelo que sempre dedicou a toda a sua produção intelectual. Porém, a morte privou-nos do seu talento antes que essa revisão se fizesse.

Ademais, Tribuzi, embora vazasse tranquilidade por todos os poros, levou sempre vida atribulada. Entre os deveres da cátedra acadêmica, mal remunerada, à qual se entregava amorosamente ao ministrar primorosas peças de erudição e pedagogia, Tribuzi era o jornalista indormido, ofício que desempenhava como se fora para ele um ministério religioso. Ao mesmo tempo, tinha de desobrigar-se das suas funções e dos seus encargos de técnico do Banco de Desenvolvimento do Maranhão e assessor pessoal de governadores.

Ao lado de tudo isso, o chamamento da poesia, arte que Bandeira cultivou com a paciência de quem cultiva orquídeas e com a esperança verde dos hortelãos anônimos. Nela Tribuzi realizou talvez a mais profunda obra poética da moderna literatura maranhense.

Apesar de tudo, aqui está um trabalho da maior valia para os que pretenderem desvendar o passado maranhense e projetar luzes sobre nosso futuro. Imperfeito, como toda a obra humana, este livro será, certamente, um manual de consulta e texto obrigatório aos estudantes dos diversos graus.

Com estes apontamentos sobre a história da economia maranhense, Bandeira Tribuzi alinha-se a Gaioso, César Marques, Fran Pacheco, Jerônimo Viveiros, Raimundo Lopes e mais alguns poucos autores que se preocuparam em conhecer o Maranhão e interpretar a sua História.

Esta obra, contudo, tem um caráter distinto e excepcional: é que Tribuzi não fez historiografia, não retratou um momento estático da história econômica do Maranhão. Ao contrário, ele se comportou, ao redigir estas notas, como o observador que interpreta e critica os fenômenos históricos munido dos instrumentos científicos que lhe permitiram esta magnífica e ampla visão dialética de nossa evolução econômica e social.

E não se contentou apenas com o passado de nossa história econômica, mas aventurou-se à elaboração de um perfil para o futuro de nosso Estado, delineando medidas de política econômica

a serem implementadas e definindo diretrizes para um projeto de desenvolvimento econômico e social do Maranhão autossustentável, baseado na intensiva utilização dos fatores de produção mais abundantes nos quadros de nosso sistema econômico: recursos naturais e mão de obra.

Aliás, da primeira à última página desta excelente obra didática, que a FIPES entrega hoje ao povo para o qual Tribuzi dedicou inteiramente a sua vida, nota-se, até nas entrelinhas, a sua enorme preocupação com o setor primário. Para aqueles, entretanto, que tiveram a ventura de privar de sua intimidade, essa não será uma surpresa: Bandeira foi, sempre, mesmo na condição de cidadão urbano que a vida lhe reservou, um camponês...

Era assim que eu o via. E, talvez por isso o entendesse. Todas as vezes que o via, nas redações de jornais onde trabalhamos juntos noites e dias, nas mesas das repartições públicas onde juntos servimos no serviço civil à Nação, eu via sempre um lavrador a extrair da terra os mais profundos sentimentos telúricos, como se se nutrisse dos elementos da natureza diretamente, próximo demais à terra, à água, ao ar e ao fogo e que, por equívoco e a contragosto, vivia na cidade.

Ontem mesmo, quando lia Fernando Pessoa, em um dos seus poemas de Alberto Caeiro, eu me lembrava de Bandeira, exatamente porque Pessoa dizia:

*Que pena que tenho dele. Ele era um camponês
Que andava preso em liberdade pela cidade.
Mas o modo como olhava para as casas,
E o modo como reparava nas ruas,
E a maneira como dava pelas cousas,
É o de quem olha para árvores,
E de quem desce os olhos pela estrada por onde vai andando
E anda a reparar nas flores que há pelos campos...
Por isso é que ele tinha aquela grande tristeza
Que ele nunca disse bem que tinha,
Mas andava na cidade como quem anda no campo
E triste como a esmagar flores em livros
E pôr plantas em jarros...*

Hortelão do poema, lavrador da inteligência, Tribuzi sempre teve entre as suas maiores preocupações o desenvolvimento econômico do Maranhão, através da agricultura, sobre a qual entendia que se haveriam de erigir as bases estáveis de uma sociedade democrática onde os homens do campo, socialmente promovidos, exerceriam o papel de construtores e beneficiários desse desenvolvimento.

É a obra desse talento invejável, de um homem que arrostou adversidades e enfrentou percalços, sofreu com dignidade humilhações inomináveis e propositadas injustiças, mas que sempre esteve, conscientemente, ao lado do povo, dos oprimidos e dos injustiçados do sistema social, que os maranhenses recebem, agora, pela graça da perseverança de sua diligente e apaixonada companheira MARIA e pelo descortínio do seu ex-aluno — José Augusto dos Reis — que hoje dirige a FIPES.

Espero que a semente lançada por Tribuzi, contida nas páginas deste livro de notas acadêmicas, caia em terreno fértil, brote, cresça e produza os frutos que ele desejara.

Particularmente, este livro pertence à juventude com a qual Bandeira Tribuzi sempre esteve identificado. Que os jovens todos bebam aqui os ensinamentos do mestre desaparecido, mas que permanecerá, pela imortalidade de suas obras, pela autenticidade e pela honestidade de seu caráter e de sua conduta, sempre presente, vivo, a indicar os caminhos na luta do povo pela superação do atraso, da miséria e da injustiça social.

JOAQUIM ITAPARY FILHO
São Luís, 27 de agosto de 1980



Bandeira Tribuzi quando estudava em Portugal



Na comemoração dos cinquenta anos: da esquerda para direita, Paloma Amado, Bandeira Tribuzi, Pergentino Holanda, Jorge Amado, de costa, Nauro Machado, Evandro Sarney e José Chagas de costa

Tribuzi, Vida e Obra

1927 – Bandeira Tribuzi (José Tribuzi Pinheiro Gomes) nasce em São Luís. Seus pais eram o comerciante português Joaquim Pinheiro Ferreira Gomes, sócio majoritário da importante firma comercial Pinheiro Gomes – Representações S.A., e Amélia Tribuzi Pinheiro Gomes, brasileira descendente de italianos.

1932 – Vai para Portugal, tendo estudado em Aveiro, Porto e Coimbra. Na famosa Universidade desta cidade fez cursos de Ciências Econômicas e Sociais e de Filosofia, não tendo seguido a vontade do pai, católico tradicional, que o queria na carreira sacerdotal. Frequentou, porém, educandários religiosos.

1946 – Retorna a São Luís onde passou a divulgar modernos autores portugueses, como Fernando Pessoa, José Régio, Antônio Boto e Mário de Sá Carneiro, brasileiros, como Manuel Bandeira, e de outras literaturas, como Paul Eluard, Louis Aragon, André Breton, Maiakovski e Garcia Lorca, ainda desconhecidos dos maranhenses. Reunia-se em diversos locais, em especial na movelaria Guanabara, do pintor Pedro Paiva, com jovens intelectuais, em discussões sobre as artes e, em particular, sobre a poesia, a literatura e a necessidade de modernizá-las esteticamente. Inicialmente, formou-se um pequeno grupo em volta dele e de Lucy Teixeira: Carlos Madeira, Luís Carlos Belo Parga, Murilo Ferreira, Evandro Sarney, José Sarney. Logo

depois, Ferreira Gular e Lago Burnett. Um pouco mais adiante, Manuel Lopes, Cadmo Silva, Domingos Vieira Filho, Reginaldo Telles, Vera-Cruz Santana, José Bento, José Figueiras, José Brasil, Raimundo Bogeia, José Chagas, Agnor Lincoln da Costa.

1948 – Publica *Alguma existência*, poesia em versos livres, novidade para o ambiente cultural maranhense e marco inaugural de um vigoroso processo de renovação estética e da introdução do modernismo literário no Estado, onde se adotavam ainda os cânones do século XIX e predominava o alheamento, até aquele momento, das mudanças nas artes nacionais introduzidas pela Semana de Arte Moderna de 1922.

1949 – Casa-se com Maria dos Santos Pinheiro Gomes. Da união nasceram Paulo, Francisco, Teresa Cristina, Rosângela e Ana Amélia.

1950 – Publica *Rosa da esperança*.

1961 – Publica *Safra*.

1962 – Publica *Sonetos*.

1964 – Tem seu diploma de suplente de deputado cassado pela Assembleia Legislativa do Estado, por sugestão dos militares, sob a acusação de “atividades comunistas”, tendo sido também demitido de seu emprego no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.



Cortejo fúnebre de Bandeira Tribuzi no dia 8 de setembro de 1977

1968 – É admitido, sendo governador do Estado José Sarney, no quadro técnico do Banco de Desenvolvimento do Maranhão, agência estadual de desenvolvimento.

1969 – A Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – Sudema publica, em edição mimeografada, na *Série Estatística Maranhense*, nº 4, dois textos de cunho econômico de Tribuzi: *Esboço do comportamento da economia maranhense (período 1940-1968)* e *Esforço tributário em região subdesenvolvida*.

1970 – Publica *Pele & Osso*. Sai a *Evolução da produção algodoeira maranhense*, também pela Sudema, e *Síntese histórica da formação urbana de São Luís*. Coordena a elaboração do Plano de Governo do Maranhão para o período 1971-1975, do governo Pedro Neiva de Santana.

1973 – Cria com José Sarney o jornal *O Estado do Maranhão*, herdeiro do *Jornal do Dia*, fundado em 1º de maio de 1959 pelo empresário e político Alberto Aboud.

1974 – Coordena a elaboração do Plano de Governo do Maranhão para o período 1975-79, do governo Osvaldo da Costa Nunes Freire.

1977 – Publica *Breve memorial do longo tempo*. Recebe em sua cidade diversas homenagens por seu quinquagésimo aniversário. Às festividades estiveram presentes, entre outros, Ferreira Gular, Jorge Amado, José Sarney, Odilo Costa Filho, Josué Montello e grande número de intelectuais maranhenses. Morre no dia 8 de setembro, data de fundação de

São Luís, que adotou mais tarde sua canção *Louvação a São Luís* como seu hino oficial.

1979 – Publicação das *Poesias completas*, reunindo: *Alguma existência*; *Rosa da esperança*; *Safra*; *Sonetos*; *Pele e osso*; *Breve memorial do longo tempo*; “Guerra e Paz”; e mais *Canções no exílio*; *Viola de amor*; *Romanceiro da cidade de São Luís*; *Íntimo comício*; e *Outros poemas*.

1981 – Vem a público *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*.

1985 – Publicação de *Rosamonde (o touro da morte)*; e *Tropicália consumo & dor*. Em prosa, aparece a novela *Da conveniência de fazer-se um deputado conveniente*.

1986 – Publicação de *Poesia reunida*, 1º volume, contendo o mesmo material de *Poesias completas*, exceto pela ausência de “Guerra e Paz” e *Outros poemas*.



Bandeira Tribuzi e José Sarney, observados por d. Kiola, mãe de Sarney, nas festividades dos 50 anos do economista e poeta



Casamento de Bandeira Tribuzi com Maria em 1949

1992 – Publicação de *Estudos Inéditos*,¹ contendo: Perspectivas Econômicas das BRS no Maranhão; Esboço do Comportamento da Economia maranhense; O Nordeste e a Sudene - Breves Considerações sobre o IV Plano Diretor da Sudene; As Atividades Empresariais no Maranhão; Evolução da Lavoura Algodoeira Maranhense; São Luís: Síntese Histórica da Formação Urbana; Formulação de uma Política de Colonização e Reforma Agrária; Esforço Tributário em Região Subdesenvolvida; Viabilidade Econômica de um Programa “Álcool de Mandioca” no Maranhão; A Economia Maranhense é Declinante há um Século.


2002 – Publicação de *Obra poética*, reprodução de *Poesia reunida* com o acréscimo de *Tropicália consumo&dor*.

NOTA: 1) Não foi possível identificar o ano de publicação original de *Perspectiva econômica das BRS no Maranhão*, porque não localizamos o trabalho; 2) Existem dezenas de canções de sua autoria catalogadas apenas parcialmente (LM).

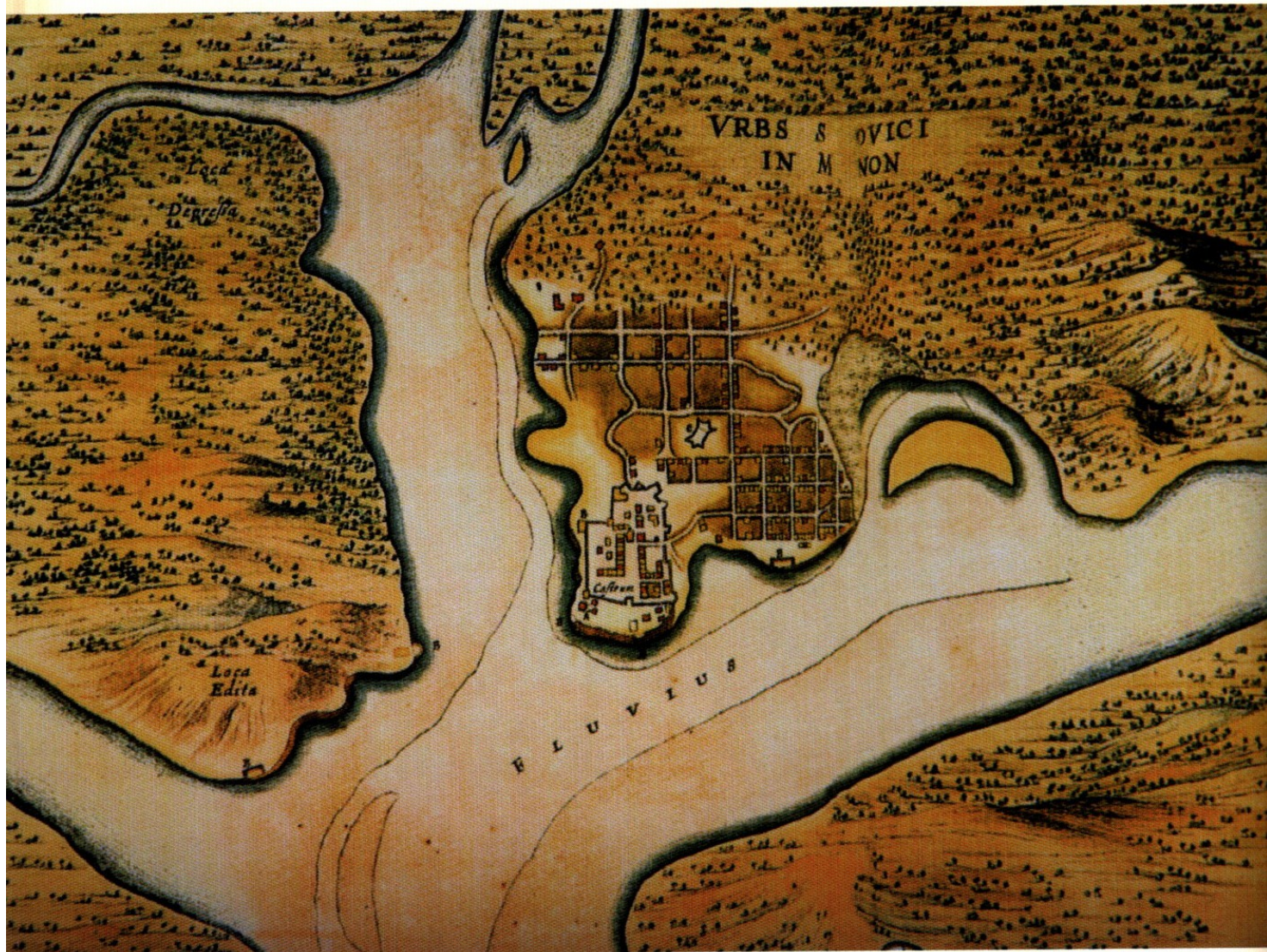
1 Apesar da qualificação de inéditos, foram publicados anteriormente *Perspectivas Econômicas das BRS no Maranhão*; *Esforço Tributário em Região Subdesenvolvida*; *Evolução da Lavoura Algodoeira Maranhense*; *São Luís: Síntese Histórica da Formação Urbana*, os dois últimos com os títulos um pouco diferentes dos constantes dos *Estudos inéditos* (LM).



São Luís – gravura constante do livro O Brasil Holandês sob o conde João Maurício de Nassau, de Gaspar Barléu, 1647. De Frans Post.



FORMAÇÃO
ECONÔMICA
DO MARANHÃO



São Luís – gravura constante do livro *O Brasil Holandês sob o conde João Maurício de Nassau*, de Gaspar Barléu, 1647. Atribuída a Jan van Brosterhuisen, que a fez, provavelmente, com base em original de Frans Post.

Formação Econômica do Maranhão

Período Colonial

Portugal implantou no século XVI um Império Colonial cuja dimensão ultrapassava seu efetivo poder de expansão e domínio. Estendia-se o Império Português pelas costas ocidental e oriental da África até o Oceano Índico e pela costa oriental da América do Sul. A metrópole portuguesa não ultrapassaria de muito, em população, um milhão de habitantes; a estrutura social ainda era, em grande medida, semifeudal; as estruturas econômica e política tinham características mercantis-salvacionistas.¹ O esforço de domínio dessa vastidão determinou sobremaneira o modelo de colonialismo português que não poderia, por aquelas contingências, de forma alguma, evoluir no sentido das transmigrações inglesas dos séculos XVIII e XIX, que possibilitaram o surgimento dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, de que resultaram países desenvolvidos, como consequência da transferência de massas populacionais de nível civilizacional elevado que foram atuar com seu capital e tecnologia sobre áreas virgens de grande potencial de recursos naturais.

As condicionantes, acima descritas, conduziram a que o imperialismo colonial português se desenvolvesse, no primeiro século, fundamentalmente pela pilhagem das terras do Oceano Índico – através do domínio militar das áreas estratégicas dos grandes empórios comerciais marítimos

¹ Darcy Ribeiro. O autor omitiu a referência completa da fonte (ITAPARY). Ideias sobre o mercantilismo-salvacionista podem ser encontradas, entre outros, nos seguintes livros de Darcy Ribeiro, publicados antes do falecimento de Baneira Tribuzi em 1977: *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (1ª ed. 1968); *As Américas e a Civilização; processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (1ª ed. 1970). Ver especialmente o capítulo O Ciclo Salvacionista, p. 50 (LM).

daquela região. A preferência por este tipo de ação colonial-militar resultou de que a região era habitada por povos cuja estrutura econômico-social já permitia a produção de bens de alto valor no mercado europeu (tecidos, especiarias, metais preciosos), não produzidos no restante do Império, cujos povos se encontravam (indígenas americanos e africanos) em estágios civilizacionais historicamente primitivos.

Sobre estas áreas, o domínio português se fez presente, no quinhentismo, apenas pela instalação — em alguns pontos costeiros estratégicos — de fortalezas e de empórios que, por se constituírem afirmação de domínio, permitiam a redução do ônus financeiro através do escambo, por meio do qual o dominador obtinha em trocas de alta favorabilidade, como, no caso do Brasil, o pau-brasil e outras especiarias de bom valor na Europa.

O Maranhão, contudo, só veio a ser integrado, de fato, a esta forma de dominação colonial, a partir do século xvii, depois que os franceses, no objetivo de criar a França Equinocial, fundaram São Luís e tentaram montar seu escambo com os indígenas. Visando a assegurar o seu domínio na América Latina, os portugueses dividiram a área em dois Estados, o do Brasil, com sede em Salvador, e o Maranhão, o que pode induzir à falsa crença de que a partir de então (1624)² houvesse a determinação efetivada de ocupar economicamente o Norte do Brasil. A verdade é que, mesmo como cabeça de um dos Estados coloniais da América Latina Portuguesa, o Maranhão pouco evoluiu durante o século xvii. Inicialmente, apenas os portugueses substituíram os franceses na fortaleza-feitoria de São Luís, e ao longo do século, além da tropa e de algumas dezenas de casais de açorianos, apenas se instalaram poucos engenhos no vale do Itapecuru, utilizando a mão de obra do indígena escravizado; apenas merece maior destaque a atividade econômica dos Jesuítas, com sua “escravidão branca” dos indígenas. Mesmo a rápida ocupação dos holandeses, talvez por ser rápida, não logrou deixar marcas de sua passagem.

A atividade econômica maranhense no século xvii evoluiu, assim, de forma extremamente precária e em sentido quase autárquico (basta citar que houve anos em que nenhum navio

² O Estado do Maranhão, no período colonial, foi criado pela Carta Régia de 13 de junho de 1621, entretanto o primeiro governador só chegou a São Luís em 7 de julho de 1626 (ITAPARY). O Estado foi instalado em 3 de setembro do mesmo ano, com a posse do governador Francisco Coelho de Carvalho (LM).

aportou a São Luís), malogrando por completo a tentativa de incitá-la através da criação da primeira Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, contra cujo monopólio Bequimão liderou a revolta de 1684. Além da coleta de alguns produtos extrativos, a atividade econômica cifra-se na produção de açúcar e aguardente de cana e mandioca; e na pecuária bovina, cujo efetivo, em 1750, ultrapassa a população incorporada ao domínio português.

Este débil desempenho da economia maranhense no século xvii deve-se, em grande medida, à escassez de mão de obra economicamente ativa: 240 casais de brancos açorianos e alguns milhares de indígenas em escravidão, contra o peso do contingente não produtivo de administradores coloniais e tropa. Assim, o Estado do Maranhão mal supria as necessidades básicas da população, o que não impediu que a Corte metropolitana ainda encontrasse meios tributários de sangrá-la.

O ciclo canavieiro, que possibilitou a primeira atividade econômica do Estado do Brasil, não teve, pois, reflexos maiores no Maranhão.

E o início do século xviii não introduziu um panorama significativamente novo na estrutura econômica do Norte brasileiro que não fosse o moderado crescimento dos setores de atividade já descritos. Tal situação se agrava com o término legal da escravidão indígena. Para que se tenha nítida visão da incipiência da economia maranhense nos séculos xvi, xvii e metade do século xviii, basta referir que só em 1724³ foi introduzido o curso da moeda metálica no Maranhão. Até essa data a moeda de referência utilizada legalmente eram os panos tecidos.⁴

Na verdade, o Maranhão só passa a constituir-se realidade econômica ponderável, no contexto colonial português, quando o Marquês de Pombal decide criar condições objetivas de expansão, através da segunda Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão,⁵ cujo monopólio mercantil era condicionado a rígidas exigências de suprimento de mão de obra escrava, implementos e insumos agrícolas e crédito aos produtores. Contingenciada de forma altamente

3 Sobre esta data discordam os autores César Augusto Marques, Pedro Otávio Carneiro da Cunha, Artur César Ferreira Reis que citam o ano 1749 (ITAPARY).

4 Jerônimo de Viveiros, *História do comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. I, p. 64 (BT).

5 O nome correto é Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (LM).

TABELA I
Maranhão – Exportação para Lisboa (toneladas)

ANO	PRODUTO	
	ALGODÃO	ARROZ
1759	10	...
1766	...	43
1771	61	...
1772	...	974
1774	...	1.544
1798	952	...
1819	...	5.400
1821	3.392	...

Fonte: [Raimundo José de Sousa Gaioso,] *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. [2. ed. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970] (BT). Números desta tabela bem como anos a que se referem estão em desacordo com os fornecidos pelo próprio Gaioso, em arrobas, expressas aqui em toneladas. O *Compêndio* informa: a) algodão: 1760 - 10 t (p. 179); 1771 - 61 t (p. 179); 1783 - 746 t (p. 218); 1788 - 953 t (p. 218) e mais uma série anual que vai de 1805 a 1812 (p. 220); b) arroz: 1767 - 4 t (p. 182); 1771 - 42 t (p. 183); 1783 - 2.468 t (p. 218); 1788 - 4.702 t (p. 219) e mais uma série anual de 1805 a 1811 (p. 220). Manuel Nunes Dias, no seu *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão - 1775-1778*, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, 2 v., v. 1, p. 430, dá números, para o período 1760-1778 (em arrobas transformadas aqui em toneladas) que diferem dos apresentados nesta tabela, no que se refere ao sub-período que vai do início da exportação do algodão em 1760 - e não em 1759 como está na tabela, informação confirmada por Dias (p. 430) e o próprio Gaioso (p. 179) -, a 1774. A exportação de arroz, por sua vez, iniciou-se em 1767 e não em 1766, como está na tabela e afirma César Marques no *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*, 3a ed., São Luís, Edições AML, 2008, p. 146. A fonte para as quantidades de arroz exportado em 1772 e 1774 é César Marques, *op. cit.* p. 146, devendo-se observar que para 1772 é dada a quantidade produzida e não a exportada (974 t.) A exportada é 453 t. (LM).

positiva pela expansão da nova fronteira, com incorporação de terras de maior produtividade (graças ao rápido aumento da escravaria negra), e pela ênfase ao cultivo do algodão, no momento

em que a Independência dos Estados Unidos da América do Norte, e conseqüente rompimento do novo País com a Inglaterra, abriram o mercado ao algodão do Brasil, a produção agrícola maranhense expande-se de forma vigorosa por toda a última metade do século XVIII e decênios iniciais do século XIX. Os dados da exportação⁶ confirmam esse rápido incremento da mão de obra escrava e da produção, no período (ver tabela 1 na página 34).

No ano da Independência, a escravaria alcançava o total de 84.629 cativos para 2.683 proprietários rurais e possibilitava uma produção avaliada por Pereira do Lago⁷ em 1.891:271 \$846, cujos principais itens eram: 3.391 toneladas de algodão em pluma; e 6.000 toneladas de arroz, estimativa que consideramos fortemente subestimada.⁸

Merece também ressaltar-se que a pecuária apresentava, já em 1822, números expressivos evidenciando a favorabilidade do ambiente, o que permitia assegurar o abastecimento de carne e, em parcela ponderável, a exportação de couros (em bruto e preparados). E, além de ter aumentado nas fazendas do Itapecuru-Mirim e Alcântara, a partir de 1718 se ampliara no Sertão, como uma expansão da pecuária baiana e pernambucana, contando-se mais de 120 fazendas na região capitaneada por Pastos Bons e Carolina. Os preços flutuam por vezes fortemente, mas no longo prazo a conjuntura é favorável. São Luís ganha nova dimensão até situar-se como 4ª cidade brasileira em

6 Para uma série mais confiável, anual, em arrobas, de 1760 a 1778, ver Manuel Nunes Dias, *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – 1775-1778*, p. 430, v. 1. Para os anos de 1783 a 1812 ver a tabela que compilei em *Dois estudos econômicos*, São Luís, 2003, a partir de dados de Raimundo José de Sousa Gaioso, constantes do *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão* e de César Marques, constantes do *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*, 2. ed., Rio de Janeiro, Fon-fon e Seleta, 1970 (LM).

7 A fonte citada por BT é a *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, de Antônio Bernardino Pereira do Lago, publicada pela primeira vez em 1822 pela Tipografia Real de Ciências de Lisboa. A editora Siciliano, republicou-a em 2001, na coleção Maranhão Sempre, sem indicação de edição e com muitas gralhas no texto. Na p. 115, no Mapa da Agricultura Nº 15, o número de escravos aparece como 84.534 e não 84.629, como está no texto da primeira edição da *Formação*; o valor da produção é dado como 1.897:271 \$846 e não 1.891:271 \$846; não há discrepância no número de proprietários (2.683). As quantidades de algodão em pluma e arroz são dadas por Pereira do Lago, no mesmo mapa, em arrobas, transformadas em quilos por Bandeira Tribuzi (1 arroba igual a 15 quilos) (LM).

8 Considerando o nível das exportações médias anuais do período, estimamos o valor da produção em mais de 3.000:000\$000 (BT).

população e, quando a Corte Portuguesa se transfere ao Brasil, a Província do Maranhão já fornece ao Tesouro Real mais tributos do que o resto do Império, excetuadas as províncias brasileiras.

TABELA 2
Maranhão – Hipóteses de distribuição da renda, 1822

CONDIÇÃO SOCIAL	POPULAÇÃO		RENDA (em £)		
	Habitante	%	Valor total	%	p/ habitante
LIVRES	85.000	49,0	610.000	87,0	7
- Proprietários	12.500	0,7	392.500	56,0	81
- Não Proprietários	72.500	48,3	217.500	31,0	3
ESCRAVOS	90.000	51,0	90.000	13,0	1
TOTAL	175.000	100,0	700.000	100,0	4

Nota: Bandeira Tribuzi não indicou a fonte das informações desta tabela, mas, no texto, alguns parágrafos mais acima diz, relativamente à população do Maranhão: “No ano da Independência, a escravaria alcançava o total de 84.629 cativos para 2.683 proprietários rurais e possibilitava uma produção avaliada por Pereira do Lago [...]”. Ele se refere à *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, de Antônio Bernardino Pereira do Lago (ver nota 7 na página 35). Esse autor diz que a população do Maranhão era, em 1821 (não no “ano da Independência”), de 152.893 em vez de 175.000, como está nesta tabela, sendo a informação de Pereira do Lago, depois reproduzida por César Marques no *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*, 3a ed., São Luís, Edições AML, 2008, p. 798; e por Fran Pacheco, citando César Marques, na *Geografia do Maranhão*, São Luís, Tipogravura Teixeira, 1922, p. 17. Pereira do Lago informa ainda que a população livre era de 68.359 (não 85.000), nesse ano, e a *escravaria*, de 84.534 (não 90.000). Não localizamos fontes alternativas que pudessem ter servido de referência para Bandeira Tribuzi (LM).

Cumprido, porém, ressaltar alguns aspectos desse “boom” econômico colonial maranhense, que nele trazem implícitas as raízes de sua própria ruína:

– o crescimento da economia se fazia comandado “de fora” e “para fora” (era dirigido pelo monopólio da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁹ e visava criar ex-

⁹ Ver nota 5 na página 33 (LM).

TABELA 3
 Maranhão – Mapa da população da Ribeira do Itapecuru, 1803

POPULAÇÃO	Nº DE HABITANTES
LIVRES	1.825
- Administradores	4
- Clero Secular	10
- Agricultores	306
- Feitores	102
- Negociantes	26
- Artesãos (mestres)	23
- Marinheiros	10
- Mendigos	44
- Mulheres	295
- Filhos	1.005
ESCRAVOS	12.375
- Masculino	6.600
- Escravas	5.775
TOTAL	14.200

Fonte: [Raimundo José de Sousa Gaioso,] *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. [São Luís: Livros do Mundo Inteiro, 1970] (BT). Os dados da tabela referem-se a 1805 e não 1803 (ver Mapa da População da Ribeira do Itapecuru na p. 164 do *Compêndio*) e são relativos a *administradores, clero secular, agricultores, negociantes, artesãos, marinheiros, mendigos, mulheres, filhos, escravos e escravas*. Na tabela, a quantidade de 102 *feitores* refere-se em verdade ao ano de 1803, pois está na coluna desse ano no mencionado Mapa. O número correto para 1805 certamente se encontra, como se pode inferir do Mapa, incluído no total (174), para este último ano, de *jornaleiros*, que incluem *jornaleiros sobre si, assalariados e feitores*, mas não há como separá-lo desse total. A quantidade de *escravas*, ainda na tabela acima, de 5.775, está incorreta, pois o Mapa nos mostra que é de 5.175 (LM).



Fabrica « S. Luiz » — A fiação

Do álbum Maranhão 1908, de Gaudêncio Cunha.

cedentes exportáveis para o Reino de Portugal, onde a CGGPM¹⁰ multiplicava seus lucros na reexportação);

- o sistema “escravista impediu o surgimento de um mercado interno significativo (a composição da população em 1822 era de 85.000 pessoas livres e 90.000 escravos);

- a exclusão de 2/3 da população dos direitos da gente livre e a alta concentração da renda da população livre (a vida econômica girava em torno de poucas centenas de famílias que monopolizavam a terra e os escravos), permitiam criar maciços excedentes exportáveis dos produtos de demanda externa forte e condicionava o modelo monocultor; do mesmo passo que transferia a quase totalidade da renda gerada para a metrópole e impedia a diversificação da economia e a criação de uma infraestrutura social;¹¹

- entre os fatores de transferência de renda à metrópole, tinham peso também os fretes. O transporte de uma arroba de algodão (cujo preço no Maranhão variou de 2\$800 a 7\$200) para a metrópole custava \$800;

- as proibições metropolitanas impediam qualquer potencial de atividade econômica que não fosse a produção agrícola (ou agroindústria rudimentar) e o comércio varejista (o grossista era o monopólio da Companhia) com o que se manteve rudimentar o sistema produtivo;

- o sistema escravista propiciava adicional fluxo de exaustão da renda gerada no Maranhão de vez que eram os negros adquiridos obrigatoriamente da Companhia portuguesa, como instrumentos de trabalho.

Em síntese: explorada da metrópole, a economia maranhense, posto que expansiva de 1756 à abertura dos portos (1808), sofreu todos os danos infligidos às economias periféricas pelo imperialismo da fase mercantil, inclusive a elevada vulnerabilidade a nível de preços e mercados

10 Considerado o nome correto da Companhia, a sigla torna-se CGGPM (LM).

11 “Dahi procede que o trafico interior da Capitania, á excepção da venda dos effeitos territoriaes, e o commercio com as capitancias visinhas, e com a Europa, se achão em geral sómente entre as mãos dos negociantes ou commissarios vindos delá, que bem recompensados ficão com as riquezas immensas que accumulão, em quanto os nacionaes, e aquelles, ainda mesmo do reino, que não tem meios para se interessar no commercio, são huns meios disfructadores de huma pequena parte do producto de sua lavoura”. Raimundo José de Sousa Gaioso, *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. São Luís: Livros do Mundo Inteiro, 1970. p. 116-117 (BT).

para sua produção tendente à monocultura. E o florescimento algodoeiro canalizou para Portugal volume considerável de rendas, no Maranhão deixando, apenas, a marca arquitetonicamente apreciável, mas economicamente pouco significativa, da área colonial de São Luís e Alcântara.

Deve ainda ressaltar-se que, até o ano de 1808, o “boom” algodoeiro maranhense sofreu o “atravessamento” comercial português, posto que não era permitido o comércio nas colônias com países estrangeiros. Gaioso denuncia a depressão imposta aos preços pagos aos produtores maranhenses, mesmo pelos importadores estrangeiros, que não correspondiam às cotações do produto na Inglaterra, agravada pela cobrança fixa do imposto de 600 reis por arroba e não *ad valorem*. Parece que a liberdade comercial só produziu, no Maranhão, os efeitos esperados, a partir de 1815, quando, por período de 5 anos, os preços do algodão se elevam a 10\$000 a arroba. A expansão econômica do período 1756-1820, que evidenciava a viabilidade de desenvolver-se uma economia no trópico úmido, fez-se a taxas de crescimento realmente espetaculares e possibilitadas pelo ingresso de massas de trabalhadores escravos, cuja força de trabalho era intensivamente explorada, pela ampla disponibilidade de terra (a densidade populacional, em 1822, mal alcançava 0,5 hab./km²) acessível graças à navegabilidade dos grandes rios convergentes ao porto da Capital.

Período Imperial

O processo econômico do Império no Maranhão não sofreu, até quase o final do século XIX, mudanças qualitativas importantes. Continuou a basear-se na expansão quantitativa da massa de mão de obra escrava, na ampla disponibilidade de terra e, posto que o monopólio comercial português da exportação tivesse cessado e, conseqüentemente, a margem de apropriação local sobre a renda gerada tenha crescido, a produção, pelo mecanismo escravista, continuava a ser definida “de fora”; condição que lhe tornava altamente vulnerável a contingências internacionais de preços, a que, bem ou mal, procurava ajustar-se, sem conseguir, contudo, livrar-se de seus efeitos negativos.

Baseada na força de trabalho escravo, a produção veio a ter um fortíssimo freio com a proibição imperial inglesa do tráfico de escravos, em 1850, quando o incremento da massa de população trabalhadora rural passou a depender das precárias taxas de sobrevivência e de reprodução da escravaria, o que significava, por todos os modos, uma drástica queda no ritmo de ingresso de força de trabalho, em relação à época em que se adquiria o escravo adulto, imediatamente incorporado à produção.

Assim, o algodão, principal produto da Província, atinge um pique de produção em 1854 (387.004 arrobas ou 5.805 toneladas de algodão em pluma), declina nos anos subsequentes, e só em 1869 volta a superar aquele pique (397.344 arrobas), estimulado por uma grande alta de preço¹² provocada pelas guerras internas nos Estados Unidos e pela guerra Brasil-Paraguai.

A estagnação dos preços do algodão, em contraposição aos custos crescentes da escravaria (um escravo custava a essa altura mais de 1:500\$000 em decorrência da cessação do tráfico em 1850 e de crescente demanda do Centro-Sul, onde se expandia o ciclo cafeeiro), levou os produtores maranhenses a reorientarem sua atividade para o açúcar, que, pelo período de trinta anos

12 O preço por arroba tem a seguinte evolução: PARÁ: 1780 - 4\$000 a 6\$000; 1782 - 7\$500 a 18\$500; 1784 - 4\$800 a 5\$000; 1789 - 4\$000 a 6\$000; 1794 - 4\$000 a 4\$500; 1799 - 7\$000; 1800 - 7\$200; 1810 - 4\$800; 1812 - 3\$200; 1815 - 4\$400; 1817 - 6\$000; 1818 - 8\$735; 1836/52 - 4\$362; 1852/62 - 6\$130; 1865 - 30\$000. MARANHÃO: 1818/19 - 10\$000; 1820 - 6\$000; 1864 - 28\$000; 1870 - 13\$000 (BT).

TABELA 4
Maranhão – Exportação de açúcar (kg)

ANO	QUANTIDADE
1857-1870	2.022.406*
1875	6.900.000
1880	8.480.000
1882	16.114.208
1917	1.000.000
1921	15.692

* Média anual do período [indicado na coluna ANO] (BT). Fonte: Fran Pacheco, *Geografia do Maranhão*. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1922, p. 226, em que a quantidade total exportada para o período 1857-70 está em arrobas (1.752.752). Para obter a quantidade equivalente em quilos, BT a multiplicou por 15, pois uma arroba é igual a 15 quilos. Em seguida, dividiu o resultado por 13, número de anos do período, para obter a média anual em quilos, ou 2.022.406 kg, como mostrado nesta tabela. As quantidades para 1875 e 1880 não estão na página mencionada acima e não conseguimos localizá-las em outra parte do livro nem em outros de Fran Pacheco. As quantidades para 1882 e 1917, ele as dá diretamente em quilos, como está na tabela. Relativamente a 1917, diz que o Maranhão “mal venderia um milhão” de quilos, ou seja, ele fornece um número estimativo. A quantidade para 1921 está em branco na 1ª ed. deste livro. Completamos, utilizando a mesma fonte, na mesma página 226 (LM).

manteve elevados níveis de produção. Fran Pacheco descreve a curva desse ciclo açucareiro de curta duração com os dados da tabela 4.

O ciclo atinge seu fastígio em 1882, quando, estimulada pelos bons resultados e pela escassez de mão de obra (o Maranhão já se transformara em exportador de escravos), parcela do empresariado se decide pela drástica modernização dos engenhos, criando gigantescas unidades agroindustriais, à custa de pesados endividamentos, e que logo resultaram em retumbantes fracassos, devido aos ônus financeiros. O maior dos empreendimentos — o Engenho Central de São Pedro — sucumbiu às poucas safras.

A este fracasso somar-se-ia, para desestímulo da produção, em 1888, a libertação dos escravos, que não poderia deixar de ter efeitos ruinosos para um sistema em que o trabalho era

essencialmente um custo semifixo (a compra do escravo, que além de produzir para o seu proprietário produtos mercantis, ainda era o responsável pelas culturas de sua subsistência ao nível da precária sobrevivência). Faltou, para possibilitar uma transição menos drástica, o afluxo de crédito compensatório a permitir aos produtores absorver o impacto.

Deve também ressaltar-se que outro fator limitante da produção — o sistema de transporte fluvial — dificultava a ocupação de terras virgens, na medida em que o sistema primitivo de derrubada e queima reduzia a fertilidade das terras vizinhas aos rios e obrigava a penetração a distâncias cada vez maiores que oneravam e dificultavam o transporte.

Daí que a proposição inicial da ferrovia para o Maranhão — a Transtocantina — tivesse um traçado aproximado ao da atual rodovia São Luís-Porto Franco, com o que se pretendia alargar a fronteira agrícola, possibilitando o acesso e assegurando transporte barato, numa vasta região a incorporar ao processo produtivo.

Ao longo do século, a produção agroindustrial evoluíra moderadamente, embora sempre vulnerável às flutuações dos preços externos.

Outra tendência foi a de constituir-se um empresariado rural-mercantil com forte propensão a padrões de vida suntuária,¹³ despreocupado em absorver as inovações tecnológicas internacionais, como bem observava, em 1882, o Relatório da Associação Comercial:¹⁴

O algodão e o açúcar encontram nos mercados europeus formidáveis competidores e, com pesar o dizemos, perdemos sempre quando entramos em confrontação. O próprio algodão, cuja qualidade talvez só encontre superior no célebre sea island, é, em geral, tão mal preparado que sua cotação fica a par, e não raro cede à de outros que lhe são inferiores quanto à natureza do produto.

13 O Senhor de engenho “era uma classe nova, que aparecia no meio rural da Província. Envaidecida, adquiriria hábitos de opulência, ficava um tanto perdulária”. Jerônimo de Viveiros, op. cit., p. 205 (BT).

14 Não foi possível consultar o relatório de 1882 da Associação Comercial do Maranhão, a que se refere Bandeira Tribuzi, para cotejo com o texto por ele transcrito, pois o documento não mais se encontra nos arquivos da entidade, segundo informação lá obtida (LM).



MARANHÃO-BRAZIL RUA DO TRAPICHE

A verdade é que o modelo econômico latifundiário—escravista, ao longo do século XIX, percorreu seu caminho a desdobrar suas próprias consequências: livre da intermediação da metrópole colonial, criou riqueza malgrado os tropeços e suas próprias deficiências para enfrentar o mercado internacional competitivo; mas a estrutura altamente concentrada da renda e o monopólio do trabalho escravo ordenavam a produção para a monocultura; mantinham a tecnologia produtiva em níveis primitivos, resultando na qualidade inferior dos produtos de exportação; criavam uma propensão ao consumo ostentatório com que se dilapidavam as receitas de exportação, apesar da permanência do estreitíssimo perfil quantitativo da demanda diversificada, o que, impedindo a constituição de um mercado provincial, compelia por sua vez à manutenção da monocultura e dependência do mercado externo. As deficiências do próprio modelo da economia provincial somaram-se para inibir-lhe a consecução de resultados mais positivos: a ineficiência do poder público local, misto de filosofia liberalista e da própria restrição de meios legais e financeiros;¹⁵ a indiferença do governo imperial cujas atenções crescentemente se voltaram para os interesses da região cafeeira; os efeitos da política monetária, creditícia e cambial, voltada para o benefício das Regiões e setores produtivos de dinamismo mais recente; a falta de uma decisão nacional integradora – o modelo brasileiro continuava sendo voltado para fora.¹⁶

Em seus Relatórios anuais, a Associação Comercial profligava ao governo geral “o ferrenho jugo centralizador que nos oprime”, “as estranhas anomalias no sistema econômico adotado no País”, “a pasmosa irregularidade das mudanças de câmbio do país”.¹⁷ E ainda:

15 Em 1873 a firma Azevedo Almeida e Cia. tinha um capital [404:788\$533,] equivalente a 2/3 da Receita do Tesouro Provincial e o seu giro comercial (876:526\$963) superava de muito aquela mesma receita (633:000\$000). Jerônimo Viveiros, *História do comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 2, p. 330 e 424 (BT).

16 “Impassíveis, os poderes públicos viam avançar a tremenda hecatombe [...]. Faltou ao Maranhão, nessa hora trágica da sua vida econômica, o espírito clarividente de um Alexandre Barbosa Lima, que fez ressurgir a lavoura canavieira pernambucana, quando lhe bateu às portas este mesmo cataclisma”. *Ib. Ibid.*, p. 557-8 (BT).

17 “Se não cabe a estes homens o desastre da baixa da taxa cambial de 24 para 12, fato imprevisível e que ocasionou o pagamento da maquinaria fabril do dobro da quantia orçada, cabe-lhe, sem dúvida, o erro de planejamento de um parque industrial no valor de [CR\$] 20.000.000,00 evidentemente acima das nossas possibilidades financeiras, o que veio criar novas obrigações às companhias recém-formadas, quer sob a forma de empréstimos

Não há comerciante, por mais perspicaz que seja, não há economista, por mais versado nas leis que regem estas matérias, que possa prever o estado do câmbio em certa época, e não há ninguém que muitas vezes não seja tomado de surpresa por uma alta ou baixa para a qual não encontra explicação natural.

Ora, esta explicação só poderia ser encontrada na lógica imposta pelas vicissitudes da cafeicultura e do endividamento externo nacional, e não nas conveniências da economia maranhense.

Se, por outro lado, o Sul se acautelara contra a escassez do braço escravo com estímulo à imigração europeia, favorecida pelo processo de modernização econômica liberador de mão de obra do Velho Continente, o Maranhão, a despeito de ter sido o problema migratório objeto do interesse público, não conseguia, por motivos de ordem climática e econômica, beneficiar-se daquele fluxo. Antes, via sua força de trabalho escravo reduzir-se pela venda a outras Províncias, que podiam pagar os elevados preços da escravaria, após cessar o tráfico (1850).

Não surpreende, pois, que nesta Província a libertação do escravo tenha resultado numa desordem do sistema produtivo agrário, baseado no escravismo e que, ao nível de pobreza tecnológica em que se encontrava, só de seu baixo custo de manutenção poderia auferir lucros. Segundo Viveiros, 70% dos engenhos e 30% das fazendas cessaram suas atividades após 1888.¹⁸

Liberto, o escravo abandonou as fazendas em grande proporção e só muito lentamente cumpriu a expectativa otimista dos antigos proprietários de que voltaria a incorporar-se à produção, apenas mudando de engenho ou fazenda.

bancários, quer sob a forma de debêntures. Dessa solução irrefletida e, sobremaneira, errada, resultou, como é bem de ver, o agravamento da crise". Jerônimo de Viveiros, *História do comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 3 p. 7 (BT). Como se pode verificar, não está em Relatório da Associação Comercial, mas no livro de Jerônimo de Viveiros, o trecho transcrito nesta nota de BT. Os anos dos relatórios da Associação Comercial mencionados no parágrafo a que a nota se refere não foram identificados por BT (LM). 18 Jerônimo de Viveiros, op. cit., v. 2, p. 557 (BT). Jerônimo de Viveiros diz "fazendas algodoeiras", em vez de "fazendas", somente (LM).

Em risco a empresa rural que baseara secularmente o processo produtivo maranhense, os empresários comerciais e rurais que conseguiram salvar capital na debacle voltaram suas expectativas para a indústria, em surto no Sul do País. Tem-se então início o que Viveiros classificou de “vertigem das fábricas”, a “loucura da época – transformar o Maranhão agrícola em Maranhão industrial”,¹⁹ que duraria até 1895, “quando se esgotaram todas as possibilidades financeiras de nossa terra”.²⁰ A vertigem mobilizou investimentos de 20 mil contos, atraiu 11 mil contos de poupança rural e traduziu-se no seguinte parque industrial: 10 indústrias de fiação e tecidos, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de cerâmica, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 1 de sabão, 2 de açúcar e aguardente, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados.

A Sociedade Anônima fez-se presente pela primeira vez na economia maranhense. Dez daquelas indústrias eram assim constituídas. O sistema desacreditou-se rapidamente, vitimadas as empresas por irregularidades administrativas e pela desvalorização do mil réis — os maquinismos custaram o dobro do que tinham sido orçados. As dificuldades daí decorrentes obrigaram a venda das empresas a terceiros, com prejuízo total dos acionistas minoritários.

Para alguns analistas, a decadência agrícola do Maranhão resultou menos da circunstancial desorganização da Abolição do que do “desânimo” que se apoderou da classe fazendeira-escravista. Na verdade, a Abolição, transformação radical nas relações de trabalho, encontrou despreparados para a mudança senhores e escravos. Estes por condenação subcultural; aqueles por hábito de considerar o escravo como instrumento inconsciente da produção, ao nível da sobrevivência de tão baixo custo de manutenção que permitia lucros satisfatórios mesmo com atraso tecnológico.

E, assim, deixou o Maranhão de beneficiar-se do Encilhamento republicano que, ao desvalorizar o mil réis, propiciava altas substanciais de preço às mercadorias de exportação internacional, no caso maranhense notadamente o algodão e o açúcar, como beneficiou os exportadores do café; e também não se beneficiariam dessa proteção cambial as manufaturas locais.

19 Jerônimo de Viveiros, op. cit., v. 2, p. 558 (BT).

20 Jerônimo de Viveiros, op. cit., v. 2, p. 558 (BT).

A convergência, no tempo, da decadência rural maranhense com o apogeu do Ciclo Amazônico da Borracha, contribuiu para esvaziar mais ainda a força de trabalho do Estado, que, em parcelas significativas, emigrou para a Amazônia.

Na decadência agrícola e na vertigem industrial, o Maranhão atravessou o decênio da República e ultrapassou o século.²¹

Século Vinte²²

Todas as vicissitudes descritas caracterizam a formação econômica do Estado — condicionante e condicionada pelo perfil social e cultural do escravismo — em modelo que, no período colonial, transferia à metrópole quase toda a riqueza criada²³ e, então, como posteriormente, acumulava fortemente a renda; não criava infraestrutura; impedia a elevação da tecnologia da produção e a formação de um mercado interno significativo; condicionava o processo produtivo ao mercado externo (com a conseqüente propensão à monocultura), cujas exigências qualificativas não sabia, contudo, enfrentar; flutuava em ondas de prosperidade e depressão, à mercê das conjunturas externas.

Assim provavelmente, a maior massa de investimentos nos setores produtivos estava constituída pela escravaria, cuja libertação “empobreceu” drasticamente os fazendeiros, de vez que o

²¹ Talvez um bom retrato sintético da decadência maranhense possa ser o que escreveu Manuel Bittencourt, seu contemporâneo: “As outras causas são fáceis de explicar-se desde que se souber que o serviço de cultura da terra esteve até pouco tempo entregue a escravos africanos, e que os chamados lavradores não tinham a menor noção do que era agricultura”. [Manuel de Bethencourt, jornal *A Cruzada*, apud] Jerônimo de Viveiros, op. cit., v. 3, p. 2 (BT).

“Não se renovaram os instrumentos aratórios, nem se expandiram as inteligências. A terra continuou a trabalhar-se pelos ronzeiros processos de há séculos e as casas de ensino conservaram-se as mesmas, usando os mesmíssimos métodos. Parou-se. Retrocedeu-se”. Fran Pacheco, *Geografia do Maranhão*. [São Luís: Tipogravura Teixeira, 1922], p. 222 (BT).

²² O sumário da 1ª ed. indica este subtítulo como constante da página 24, onde, no entanto, na posição onde deveria estar, há um linha em branco, sugerindo um lapso de composição, razão porque o reintroduzimos aqui nesta posição, sugerida pelo desenvolvimento do texto (LM).

²³ Uma arroba de algodão negociada ao preço médio de 5 \$ 500 pagava \$ 600 de taxa ao Tesouro Imperial e \$ 800 aos transportadores portugueses, além do lucro na intermediação com a Inglaterra (BT).

escravo era, sob certos aspectos, capital fixo de depreciação a médio prazo (pelas condições em que era mantido, o escravo não tinha vida útil superior a 20 anos). A vertigem industrial²⁴ maranhense que até certo ponto refletia um clima industrialista do centro econômico do País foi a opção encontrada pelo empresariado local para vencer a crise.

Hiperdimensionado no setor têxtil, em relação à efetiva capacidade financeira provincial, e em outros setores circunscritos pela estreiteza do mercado local e a falta de barreiras protecionistas contra a concorrência nacional e internacional, o esforço industrial maranhense foi também vitimado pelas incoerências cambiais e financeiras do País, cuja política econômica era de crescente obsessão pela proteção aos interesses da cafeicultura, que nutria o Brasil de divisas internacionais para alimentar as pesadas importações requeridas pela pequena diversificação da produção nacional e as onerosas exigências da dívida externa.

Com todos os percalços de uma agricultura em crise grave — e uma vez mais reduzida à rigidez monocultora do algodão, pelo fracasso da tentativa agroindustrial do açúcar, de tão curta duração — e de uma indústria que representava esforço superior à sua real capacidade financeira, o Maranhão ingressou no século xx sem boas perspectivas. A extensividade primitiva de sua pecuária, a desorganização rural e a persistência da monocultura algodoeira não permitiram sequer que se ampliasse a incipiente integração à economia nacional, o que poderia perfeitamente ter ocorrido através do suprimento de carne e cereais de que aquela esteve fortemente carente no período 1901-1905.

Tudo indica que o desenvolvimento da estrutura rural maranhense, por não ter recebido o influxo da migração europeia que condicionou, no Sul, o surgimento da pequena e média propriedade familiar — notadamente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina — tenha sido para um modelo semifeudal, mantida a estrutura que monopolizava a área única então acessível ao transporte de posse da grande propriedade e do trabalho rural de baixa qualificação, condicionada pela herança escravista, com a remuneração deprimida pelo sistema do foro espoliativo, circunstâncias que a haveriam

²⁴ Em 1895 “ocupava o primeiro lugar entre os Estados, neste cômputo, o de Minas Gerais, com 37 fábricas, e o segundo, o Maranhão, com 16. Estávamos acima da Capital Federal, do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, que tinham, respectivamente, 15, 14, 12 e 10”. Jerônimo de Viveiros, *op. cit.*, v.3, p. 49 (BT).

de conduzir à predominância, ao lado da monocultura dominante, de cultura de subsistência restrita, minimizadora da produção para mercado; o que se evidencia pelo crescente desequilíbrio, ao longo das primeiras duas décadas do século, da balança comercial maranhense (ver tabela 6 na página 51). Os latifundiários que se mantiveram em atividade econômica continuaram a ater-se à pecuária extensiva e/ou à produção do algodão (incorporando sazonalmente a mão de obra dos próprios foreiros de suas terras e não criando a forma de assalariamento rural), acrescida, apenas a partir da 1ª Guerra Mundial, da comercialização das amêndoas de babaçu, cuja coleta era paga sob forma de participação do lavrador, quando esta oleaginosa ganhou valor econômico por força da contingência internacional. Dos produtos de subsistência da pequena lavoura feudalizada, apenas a mandioca cresceu de forma razoável, provavelmente por ser o único cultivo que mantém níveis de produtividade aceitáveis mesmo em terras cansadas, como eram aquelas a que o pequeno lavrador tinha acesso.

Fatores de reativação econômica ponderável, do período das duas primeiras décadas até o Centenário da Independência, foram, sem dúvida, o aproveitamento do babaçu e o incremento da demanda e dos preços internacionais do algodão e dos tecidos da indústria local, condicionados pela 1ª Guerra Mundial. O ciclo revitalizador foi suficiente para reequilibrar as finanças empresariais e públicas, vivendo o Estado alguns anos de otimismo, graças, sobretudo, às cotações internacionais de produtos como algodão, couros, babaçu e tecidos. A balança comercial passou aos saldos levemente positivos, superando um déficit que advinha do final do século XIX.

Mas, apesar das circunstâncias favoráveis do período de Guerra Mundial,²⁵ cem anos depois da Independência, a estrutura produtiva do Maranhão, a despeito do peso alcançado pela

25 “A primeira grande guerra, produzindo na Europa a escassez de produção, ocasionou a alta de preços dos produtos brasileiros e, conseqüentemente, do Maranhão. A tonelada de algodão, que era o principal produto da nossa exportação, galgou de 922\$000 em 1913 a 1.050\$000 em 1915, a 2.214\$000 em 1916, a 2.540\$000 em 1917, a 3.739\$000 em 1918. Era uma alta galopante que chegou a 5.200\$000. [...] as possibilidades econômicas acima referidas jugularam a crise de 1889, permitindo a praça de São Luís recuperar-se. [...]. O Interior nadava em dinheiro [...]. Do boi-cavalo o caboclo passou ao cavalo de sela, cujo “suador” lavava com vinho do Porto, marca Santo Antônio, de preço de 5\$000 a garrafa. Era a volúpia da dissipação”. Jerônimo de Viveiros, op. cit., v.3, p. 217 e p. 220 (BT).

TABELA 5
 Brasil – Importação e Exportação de [Alguns] Gêneros Alimentícios
 1901/20 (toneladas)
 (Médias anuais)

GÊNERO	1901/5		1906/10		1911/15		1916/20	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
Arroz	383.451	220	86.760	181	48.019	144	758	236.655
Feijão	34.301	144	38.165	282	32.698	360	1.829	291.753
Milho	38.696	9.748	46.798	21	22.625	488	10.907	51.065
Charque	260.778	338	169.969	2.060	70.075	1.061	9.101	29.253
Batata	107.913	-	103.885	3	104.355	9	14.812	11.168
Trigo	840.862	-	1.314.056	-	1.905.898	-	1.506.626	-

Fonte: [Aníbal Vilanova Vilela e Wilson Suzigan,] *Política do governo e crescimento da economia brasileira - 1859-1945*. [2. ed. Rio de Janeiro]: IPEA/[INPES, 1975, tabela II, p. 40] (BT).

TABELA- 6
 Maranhão – Balança Comercial 1812-1952 (mil réis)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1812	1.069.951	1.273,119	-203.168
1813	1.645.795	1.444.927	200.878
1814	1.794.262	1.824.848	-29.586
1815	2.076.738	1.824.848	251.890
1816	3.431.650	2.241.345	1.190.305

* Média anual do período. ** Valor em cruzeiros (BT). BT não indica as fontes desta tabela. Identificamos para os períodos 1812-1820, 1854-55 e 1863-64, César Marques, *Dicionário*, 3ª ed. p. 366 e 367. Para alguns anos do século XX as fontes podem ser os Anuários Estatísticos do IBGE (LM).

TABELA- 6
 Maranhão – Balança Comercial 1812-1952 (mil réis)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1817	3.548.862	3.681.451	-32.589
1818	3.669.687	3.441.828	227.859
1819	2.512.425	2.983.022	-470.597
1820	22.237.396	1.885.250	352.146
1840-49*	1.634.000
1849-51*	2.448.606	2.227.918	220.688
1852-54*	2.519.466	1.858.920	660.546
1854-55	2.910.000	3.023.000	-113.000
1863-64	8.542.000	6.453.000	2.089.000
1871-74	15.903.802	16.546.462	642.660
1911	10.947.991	17.705.000	6.757.009
1912	10.802.577	17.711.000	6.908.423
1913	8.900.305	17.989.000	9.088.695
1914	6.229.565	14.704.000	8.474.435
1915-16*	16.253.424
1917-18*	27.108.557
1919	29.765.203
1920	25.280.129
1921	21.569.669	18.316.134	3.243.535

* Média anual do período. ** Valor em cruzeiros (BT). BT não indica as fontes desta tabela. Identificamos para os períodos 1812-1820, 1854-55 e 1863-64, César Marques, *Dicionário*, 3ª ed. p. 366 e 367. Para alguns anos do século XX as fontes podem ser os Anuários Estatísticos do IBGE (LM).

TABELA- 6
Maranhão – Balança Comercial 1812-1952 (mil réis)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1922	30.609.982	27.000.000	3.609.982
1923	44.960.944
1924	38.800.000
1925	34.300.000
1926	30.900.000
1927	42.826.678	40.176.338	2.650.340
1928	48.828.756	40.010.219	8.818.537
1929	40.534.605
1930	31.954.468
1931	38.035.812
1932	46.023.896	30.570.000	15.453.896
1933	40.962.164	40.298.398	663.766
1934	431.546.542	43.422.921	123.621
1935	63.252.971	59.905.371	347.600
1937	98.000.000
1939	101.675.820
1945**	240.014.912
1948**	435.849.126	365.967.453	69.881.673

* Média anual do período. ** Valor em cruzeiros (BT). BT não indica as fontes desta tabela. Identificamos para os períodos 1812-1820, 1854-55 e 1863-64, César Marques, *Dicionário*, 3ª ed. p. 366 e 367. Para alguns anos do século XX as fontes podem ser os Anuários Estatísticos do IBGE (LM).

TABELA- 6
 Maranhão – Balança Comercial 1812-1952 (mil réis)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1952**	742.391.277	617.911.381	124.379.896

* Média anual do período. ** Valor em cruzeiros (BT). BT não indica as fontes desta tabela. Identificamos para os períodos 1812-1820, 1854-55 e 1863-64, César Marques, *Dicionário*, 3ª ed. p. 366 e 367. Para alguns anos do século XX essa fonte podem ser os Anuários Estatísticos do IBGE (LM).

TABELA 7
 Brasil – População 1823-1900

ANO	BRASIL	MARANHÃO	% MA/BR
1823	3.000.000	180.000	6,0
1850	8.000.000	350.000	4,2
1872	10.112.000	360.650	3,6
1900	17.438.000	499.308	2,8

Nota: Os censos demográficos tiveram início em 1872 no Brasil. Os números apresentados na tabela para 1823 e 1850 relativamente ao Brasil e ao Maranhão são estimativas, mas, BT não indica as fontes. Giorgio Mortara, em *Sobre a utilização do Censo Demográfico para a Reconstrução das Estatísticas do Movimento da População do Brasil* estima em 4.889.000 a população brasileira em 1823 e em 7.256.000 no ano de 1850. A estimativa do senador Cândido Batista de Oliveira é de 8.000.000 para este último ano. As populações indicadas pelo IBGE para o Brasil em 1872 (9.930.480 habitantes) e Maranhão (360.640 habitantes) são bem próximas às desta tabela. Para 1900, a informação do Instituto para o Brasil e Maranhão são exatamente as apresentadas aqui (LM).

produção industrial, não evoluíra satisfatoriamente, e a Província que, no começo do século XIX, era das mais prósperas do Brasil colônia, já assumiu modesta posição, mesmo em relação a um Nordeste que perdera a condição de capitanear a economia brasileira.

Ultrapassada a breve euforia do período da 1ª Grande Guerra e anos subsequentes e normalizados os preços dos produtos que o conflito tornara escassos, verifica-se que do surto resultará apenas uma euforia de preços, conjuntural, e que não tendo sido provocadas alterações na estrutura produtiva, demonstrando sua total dependência do mercado externo, a economia logo se

TABELA 8
COMÉRCIO EXTERIOR – 1821-1940 (mil réis)

ANO	BRASIL*	MARANHÃO	% MA/BR
1821-30	24.322.630	3.080.605** (1818-22)	12,6
1851-60	90.054.300	7.247.000** (1863-64)	8,6
1881-90	241.100.600	12.658.914** (1871-74)	6,3
1921-30	327.971.440	18.255.228*** (1921)	5,9
1931-40	419.786.560	17.137.261*** (1935)	4,0

* Média anual do período [indicado na coluna ANO]. [** Média anual do período indicado entre parênteses na linha de baixo]. [*** Valor para o ano indicado entre parênteses na linha de baixo] (BT). BT não indica as fontes (LM).

acomodou, no período que vai de 1925 a 1935, em taxas medíocres de expansão, com trânsito pelo subperíodo 1929-33, afetado pela crise mundial.

Só nos últimos anos da década de 1930 e, sobretudo, durante a 11 Guerra Mundial, circunstâncias externas voltam a reanimar relativamente a economia maranhense, graças ao incremento da demanda do algodão, dos tecidos e do babaçu, repetindo-se o surto de 1917-1923, pelas mesmas circunstâncias, e beneficiando o Estado pela valorização dos mesmos produtos. Confirma-se, desse modo, que, nesses 20 anos, o perfil da economia do Estado continuou o mesmo e que os restritos incrementos do volume físico da produção refletiam apenas o crescimento vegetativo da população, com taxas de produtividade da mão de obra declinantes, com a

TABELA 9
Série Histórica da Produção 1641-1921 (principais produtos)

ANO	ALGODÃO (arroba)	ARROZ (alqueire)	AÇÚCAR (kg)
1641	—	—	5.000
1760-69	9.270	—	(5.000)
1770-79	15.082	887* (1767-71)	(5.000)
1780-89	55.567	200.000	(5.000)
1790-99	108.026	...	(5.000)
1800-09	211.106	300.000	(5.000)
1810-19	316.921	360.000	(5.000)
1812-21	(319.352)	(377.889)	(6.255)
1849-59	(300.000)	181.566	1.500.000

Os dados entre parêntese são estimativos. * Média anual do período [indicado entre parênteses na linha de baixo]. [** Média anual do período indicado na coluna ANO] (BT). A tabela, na primeira edição, contém as seguintes imprecisões que reafirmam o caráter de obra inacabada do livro: 1) O ano de 1874 aparece duas vezes, em linhas consecutivas, com as mesmas quantidades para o algodão e o arroz. A quantidade de açúcar, porém, aparece na primeira linha como 1.877.940 kg e na segunda como 6.000.000 kg. O primeiro número parece ser uma estimativa, pois repete os números de anos imediatamente anteriores. O segundo (6.000.000 kg) está mais bem ajustado à tendência dos anos posteriores a 1874. Poder-se-ia fazer a hipótese de a primeira linha em que 1874 aparece como ano ser na verdade 1873 ou outro ano anterior qualquer entre esse ano e o biênio 1859-60. Mas, não há como decidir em vista de não ter Bandeira Tribuzi indicado a origem dos dados. Estes, de qualquer maneira, parecem ter mais de uma origem, dificultando ainda mais sua identificação; 2) Com relação ainda a 1874, deve-se observar, agora na coluna do algodão, que nas duas vezes em que o ano aparece, há indicação pelo autor de a quantidade (216.212 arrobas) ser a “média anual do período”, uma estimativa, portanto. No entanto, na coluna ANO não encontramos um período, mas apenas um ano, o próprio 1874, evidentemente. O fato de nas duas vezes em que 1874 aparece e em vários anos subsequentes as quantidades para o algodão ser a mesma faz supor que se trata mesmo de uma estimativa. Todavia, com base em que período ela foi feita? Não há resposta com as informações disponíveis. Os dados desta tabela provêm, certamente, de diversas fontes de difícil identificação (LM).

TABELA 9
Série Histórica da Produção 1641-1921 (principais produtos)

ANO	ALGODÃO (arroba)	ARROZ (alqueire)	AÇÚCAR (kg)
1850-53	(300.000)	146.000	...
1854	387.004
1859-60	...	24.000	1.877.940
1862	188.593	...	(1.877.940)
1867	301.272	(30.000)	1.877.940
1869	397.344	(30.000)	1.877.940
1874	206.212**	(30.000)	1.877.940
1874	206.212**	(30.000)	6.000.000
1875	206.121	(40.000)	7.800.000
1876	206.121	(40.000)	7.900.000

Os dados entre parêntese são estimativos. * Média anual do período [indicado entre parênteses na linha de baixo]. [** Média anual do período indicado na coluna ANO] (BT). A tabela, na primeira edição, contém as seguintes imprecisões que reafirmam o caráter de obra inacabada do livro: 1) O ano de 1874 aparece duas vezes, em linhas consecutivas, com as mesmas quantidades para o algodão e o arroz. A quantidade de açúcar, porém, aparece na primeira linha como 1.877.940 kg e na segunda como 6.000.000 kg. O primeiro número parece ser uma estimativa, pois repete os números de anos imediatamente anteriores. O segundo (6.000.000 kg) está mais bem ajustado à tendência dos anos posteriores a 1874. Poder-se-ia fazer a hipótese de a primeira linha em que 1874 aparece como ano ser na verdade 1873 ou outro ano anterior qualquer entre esse ano e o biênio 1859-60. Mas, não há como decidir em vista de não ter Bandeira Tribuzi indicado a origem dos dados. Estes, de qualquer maneira, parecem ter mais de uma origem, dificultando ainda mais sua identificação; 2) Com relação ainda a 1874, deve-se observar, agora na coluna do algodão, que nas duas vezes em que o ano aparece, há indicação pelo autor de a quantidade (216.212 arrobas) ser a “média anual do período”, uma estimativa, portanto. No entanto, na coluna ANO não encontramos um período, mas apenas um ano, o próprio 1874, evidentemente. O fato de nas duas vezes em em que 1874 aparece e em vários anos subsequentes as quantidades para o algodão ser a mesma faz supor que se trata mesmo de uma estimativa. Ainda, com base em que período ela foi feita? Não há resposta com as informações disponíveis. Os dados desta tabela provêm, certamente, de diversas fontes de difícil identificação (LM).

TABELA 9
Série Histórica da Produção 1641-1921 (principais produtos)

ANO	ALGODÃO (arroba)	ARROZ (alqueire)	AÇÚCAR (kg)
1877	206.121	(40.000)	11.900.000
1878	206.121	(40.000)	11.200.000
1879	206.121	(40.000)	6.200.000
1880	206.121	(40.000)	8.000.000
1881	206.121	(40.000)	10.500.000
1882	206.121	(60.000)	14.500.000
1894	206.121	(60.000)	16.100.000
1895-1915	259.420**	(60.000)	...
1900	227.000	-(150.000)	1.000.000
1921	533.000

Os dados entre parêntese são estimativos. * Média anual do período [indicado entre parênteses na linha de baixo]. [** Média anual do período indicado na coluna ANO] (BT). A tabela, na primeira edição, contém as seguintes imprecisões que reafirmam o caráter de obra inacabada do livro: 1) O ano de 1874 aparece duas vezes, em linhas consecutivas, com as mesmas quantidades para o algodão e o arroz. A quantidade de açúcar, porém, aparece na primeira linha como 1.877.940 kg e na segunda como 6.000.000 kg. O primeiro número parece ser uma estimativa, pois repete os números de anos imediatamente anteriores. O segundo (6.000.000 kg) está mais bem ajustado à tendência dos anos posteriores a 1874. Poder-se-ia fazer a hipótese de a primeira linha em que 1874 aparece como ano ser na verdade 1873 ou outro ano anterior qualquer entre esse ano e o biênio 1859-60. Mas, não há como decidir em vista de não ter Bandeira Tribuzi indicado a origem dos dados. Estes, de qualquer maneira, parecem ter mais de uma origem, dificultando ainda mais sua identificação; 2) Com relação ainda a 1874, deve-se observar, agora na coluna do algodão, que nas duas vezes em que o ano aparece, há indicação pelo autor de a quantidade (216.212 arrobas) ser a “média anual do período”, uma estimativa, portanto. No entanto, na coluna ANO não encontramos um período, mas apenas um ano, o próprio 1874, evidentemente. O fato de nas duas vezes em que 1874 aparece e em vários anos subsequentes as quantidades para o algodão ser a mesma faz supor que se trata mesmo de uma estimativa. Todavia, com base em que período ela foi feita? Não há resposta com as informações disponíveis. Os dados desta tabela provêm, certamente, de diversas fontes de difícil identificação (LM).

TABELA 10
 Maranhão – Estimativa da Renda Estadual e
 Renda per Capita 1822-1950 (libras esterlinas - £)

ANO	RENDA	POP.	RENDA P/ HAB.
1822	700.000	175.000	4,0
1851	778.000	350.000	2,2
1864	1.575.000	385.000	4,0
1871	695.000	430.000	1,6
1911	810.000	650.000	1,2
1922	1.818.000	875.000	2,0
1928	1.536.000	950.000	1,6
1935	1.500.000	1.000.000	1,5
1945	3.800.000	1.350.000	2,8
1950	6.000.000	1.500.000	4,0

Nota: BT não indica as fontes desta tabela, que contém informações incongruentes com as da tabela 7, em que a população do Maranhão no ano de 1850 é dada como de 350.000 habitantes. Aqui, nesta tabela 11, para o ano seguinte, 1851, temos o mesmo número, o que nos leva a pensar que o erro está na indicação do ano. Na mesma tabela ainda, temos para 1871, uma população de 430.00 habitantes. Ora, já vimos em nota à tabela 7 que a população fornecida pelo IBGE para 1872 é de 360.340 habitantes (há uma pequena diferença, de apenas 310 habitantes, para esse ano, com respeito à população indicada naquela tabela 7, para 1872), não sendo crível que tenha havido uma diminuição da população em quase 70.000 habitantes de um ano (1871) para o outro (1872). Para os anos a partir de 1911, o IBGE fornece os seguintes números: 1911 - 670.371; 1922 - 914.173; 1928 - 1.024.413; 1935 - 1.168.167; 1945 - 1.395.000; 1950 - 1.583.248. As estimativas de renda, provêm, quase certamente, de diversas fontes e não foi possível localizá-las (LM).

decrecente produtividade dos solos e a restrita área de produção por deficiência da infraestrutura de transporte ao nível da tecnologia produtiva utilizada, primitiva.

Cessado o conflito e a contingência favorável de preços internacionais, a economia refluí aos níveis medíocres até a década de 1950, enquanto vai-se acentuando a decomposição do parque



Estação suburbana em São Luís – Do álbum Maranhão 1908, de Gaudêncio Cunha.

têxtil pela queda de qualidade da produção algodoeira e, sobretudo, pela ineficiência tecnológica e econômica dos equipamentos (os mesmos implantados na década de 1890) que o empresariado mantivera obsoletos apesar da circunstância favorável das duas guerras, preferindo aplicar os vultosos lucros daquele período em inversões imobiliárias no Sul do País.

Ao aproximar-se a década de 1950, começa a ter alguma significação o incremento da produção agrícola mais diversificada, notadamente de cereais, condicionado em boa medida pelo avolumar da tradicional corrente de imigração nordestina, que não chega a níveis mais ponderáveis pelo mau condicionamento da infraestrutura viária que limita a expansão da área produtiva, apesar de dispor o Estado de um estoque excepcional, no Nordeste, de mais de 15.000.000 de hectares de terras virgens devolutas.

E, na realidade, o horizonte econômico do Estado só se modifica significativamente quando a decisão federal de interligação rodoviária de todas as Regiões do País corta, ao final da década de 1950, o espaço maranhense, rumo a Belém e à Amazônia interior, com rodovias que, do mesmo passo, ampliam a integração econômica Maranhão–Nordeste/Resto do Brasil; facilitam a imigração nordestina; e tornam acessível à mão de obra rural a ocupação produtiva de uma vasta nova fronteira de terras devolutas.

Nestas terras, o produtor do Maranhão encontra, pela primeira vez, condições de liberdade relativa de produção, sem o ônus feudalizante do foro e da venda da produção a preços deprimidos que caracterizam as relações com o latifúndio; enquanto o sistema rodoviário multiplica os polos de comercialização no interior do Estado e quebra o oligopólio-oligopsônio da Praia Grande.²⁶ Começa aqui um capítulo novo da história da economia maranhense.

Evolução Recente da Economia Estadual

A análise do processo econômico maranhense dos últimos 30 anos evidencia a ocorrência de grandes transformações na estrutura agrária e substancial ganho da importância do setor

26 Área adjacente ao antigo porto de São Luís, hoje centro histórico da cidade, onde se concentravam as grandes empresas comerciais e estava localizada a Alfândega. Para informações históricas sobre o local, ver César Marques, *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*, São Luís: 3ª ed., verbete **Praia Grande**, p. 818-820 (LM).

primário, posto que essa transformação não tenha permitido a consolidação de nova estrutura por ter ocorrido de forma espontânea e não ter sido acompanhada de providências institucionais de regularização da posse e uso da terra, ensejando que práticas de titulação fraudulenta frustrassem, em grande medida, o modelo bastante conveniente de ocupação de terras virgens devolutas dinamizada pelo incremento do surto migratório a partir da década de 1950. Correntes migratórias interestaduais e infraestaduais deslocaram para a mata, partindo da margem esquerda do rio Itapecuru para os vales dos rios Mearim, Pindaré, Tocantins e Turi, o eixo principal da produção agrícola estadual, anteriormente localizado nos vales do Itapecuru e Parnaíba.

A despeito das restrições supervenientes, a ocupação da área de nova fronteira agrícola, em modelo predominante de pequena unidade familiar, propiciou a expansão significativa da produção da lavoura, notadamente de cereais, e ensejou, pelo desmonte da mata, a expansão da área de cocais e, portanto, a produção extrativa de babaçu (o babaçual tende a expandir-se como sucessão florestal ao desmonte da mata).

No decurso do período, o Maranhão converteu-se em grande exportador de arroz, para o Norte, Nordeste e Centro-Sul (onde compete favoravelmente na faixa de consumidores de baixa renda), e de óleo/torta de babaçu.

A partir dos anos sessenta, expande-se também na retaguarda do avanço pioneiro dos desbravadores de mata uma pecuária bovina menos extensiva (e em boa proporção mesmo semi-intensiva) do que a anteriormente predominante no Estado e aumenta o percentual de sangue indiano do rebanho, notadamente nas áreas do Mearim e Tocantins.

Se a ocupação de terras novas propiciada pela abertura dos grandes eixos rodoviários federais no estado e concomitante incremento da força de trabalho rural, por imigração, possibilitaram uma substancial modificação da estrutura rural (antes predomínio latifundiário e semifeudal) e incrementos ponderáveis da produção agrícola, o mesmo não pode dizer-se das atividades econômicas urbanas que não acompanharam satisfatoriamente o ritmo expansivo do setor primário, sobretudo quando se considera a incapacidade evidenciada da indústria e serviços para incorporarem à população economicamente ativa crescente parcela da população urbana, que mal atinge 25% do total demográfico do Estado. Na verdade, a queda de posição da indústria na

contribuição à renda interna disfarçada pelo incremento dos “serviços industriais” que se expandem no processo de diversificação de atividades enquanto a “indústria de transformação” estagna.

Apenas ao aproximar-se a década de 1970, alguns poucos empreendimentos industriais de grande porte quebram a monotonia da indústria de óleo: Moinho de Trigo, CEPALMA (celulose e papéis), ITAPECURU (cimento), SUDENVESTE (roupas).

No setor de serviços expandem-se significativamente os subsetores governo (em grande medida graças ao substancial acréscimo da receita de transferências federais) e crédito (posto que em anos mais recentes a expansão destes subsetores esteja permitindo — via intermediários financeiros integrantes dos grandes bancos nacionais — a filtragem de substancial parcela da poupança privada estadual).

O exame do desempenho dos setores econômicos evidencia uma dependência do nível de atividades econômicas urbanas em relação ao setor primário: as indústrias principais do Estado vinculam-se ao babaçu, produto extrativo; o subsetor comércio apresenta correlação quase igual à unidade (0,99) com o valor da produção agrícola; e o subsetor governo tem a base da receita tributária (a nível de quase 70%) repousando na comercialização do arroz e babaçu.

A despeito do incremento da renda por habitante no período (posto que esse incremento não tenha tido distribuição socialmente satisfatória) e de ter triplicado nos 3 últimos decênios a população urbana (fator de diversificação do consumo de produtos industrializados), não se criou um processo autônomo de indústria leve capaz de suprir a demanda estadual.

Finalmente, a partir da metade da década de 1960, o governo estadual moderniza seus procedimentos, define uma ação planejada e eleva, a níveis sem precedentes, o investimento público, estimável em 10 a 12% da renda estadual, em média, nos últimos 10 anos, taxas, sem dúvida, superiores à predominante na região.

Do conjunto de fatores favoráveis ao crescimento econômico, implícito no que anteriormente se afirmou, merecem destaque:

- a) – ampla disponibilidade de terra a custo do ônus de desbravamento da mata;
- b) – expansiva disponibilidade de mão de obra por incremento migratório;
- c) – expansão, concomitante ao desmonte da mata, da cobertura de babaçuais produtivos;

- d) – melhoria de manejo e introdução de sangue melhorado na bovinocultura;
- e) – discreto fenômeno de repulsão campo-cidade;
- f) – liberação de massa mais numerosa de produtores rurais da situação semifeudal prevalente nas áreas de ocupação histórica;
- g) – incremento substancial da receita e do investimento públicos;
- h) – criação de uma infraestrutura econômico-social ponderável.

Contudo, os resultados colhidos no processo de desenvolvimento maranhense, apesar da reativação ocorrida a partir de 1967, estão longe de ser satisfatórios, quando se consideram as desigualdades regionais e o fato de que o Produto Estadual vem crescendo a taxas inferiores às do País como um todo. Identificar os fatores limitantes que restringiram as potencialidades acima indicadas e até, em boa medida, as frustraram é impositivo para tentar definir meios de superação daqueles fatores, de tal forma que potencialidades, maximizadas em seu aproveitamento, permitam alcançar índices satisfatórios de crescimento econômico, capaz de propiciar equivalentes benefícios sociais.

O aprofundamento do exame das causas que impediram a efetivação do forte potencial de crescimento econômico conduz aos seguintes fatores restritivos:

a) – a incorporação das terras da nova fronteira processou-se de forma espontânea e predatória, dilapidando um enorme estoque de recursos florestais pela queima, e, por não ter havido no período (1950-1965) nenhuma ação do poder público, o modelo de ocupação tendeu ao nomadismo e à grilagem, restringindo fortemente a fixação dos produtores à terra e transformando-os, frequentemente, em simples desmontadores de mata para benefício de uma pecuária mais capitalizada. Já na década de 1950, Inácio Rangel apontava o fenômeno, sintetizando-o: “O chifre do boi contra o rim do lavrador expelle este das terras que beneficiou para a mata”.²⁷

Sobre ser este sistema socialmente danoso, ainda acumulou a agravante de permitir a destinação à pecuária de vastas áreas de vocação predominantemente agrícola, com grande deseconomia para o Estado;

²⁷ Não localizamos a citação nas *Obras Reunidas*, de Inácio Rangel, Rio de Janeiro: Contraponto., 2005, 2 v., 1.300 p. (LM)

b) – o avanço da nova fronteira agrícola não foi, no período citado, acompanhado, por parte do poder público, da implantação de uma infraestrutura econômica e social nas áreas de nova ocupação, notadamente de transporte; em consequência, os fretes da produção agrícola dessas regiões, elevados face ao drástico desgaste dos veículos, constrangeram os preços ao produtor, mantendo este a um nível de subsistência pouco mais do que elementar;

c) – a característica de ocupante sem posse legitimada da terra, ou simplesmente nômade, impediu o produtor rural de acesso ao crédito/política de preços mínimos e condicionou-o ao atravessamento creditício de usineiros e/ou comerciantes, situação igualmente depressora dos preços ao produtor rural;

d) – a combinação de situações descrita nos itens A, B e C bloqueou a perspectiva potencialmente forte de constituir-se, na incorporação da nova fronteira agrícola, uma classe próspera de empresários médios capaz de alicerçar nova estrutura rural condicionada à modernização tecnológica e à diversificação de produtos; do mesmo passo, manteve a massa maior da população estadual (75%) em níveis de consumo elementar de subsistência e restringiu o perfil do consumo diversificado ao percentual menor (25%) da população, ou seja: manteve o mercado estadual para produtos industriais de amplo consumo em nível restrito frequentemente sem a escala mínima de demanda para animar os investidores;

e) – o modelo que prevaleceu no período de 1950-1970 favoreceu a expansão dos lucros nas transações meramente mercantis-especulativas (deprimindo preços ao produtor rural, do mesmo passo que permitia máxima apropriação ao intermediário comercial-financeiro) em tal grau que o investimento industrial apareceu como pouco estimulante, pela sua incapacidade de remunerar o capital às taxas extraordinárias da simples transação comercial com os produtos agrícolas.

A nova classe empresarial, surgida em consequência da expansão da área agrícola e novos centros e fluxos de comercialização, não estava, pois, condicionada para assumir um processo de industrialização:

f) – a maior liberdade relativa dos produtores rurais (e conseqüente relativa melhoria de seus padrões de vida) e a elevada remuneração do capital mercantil-especulativo condicionavam a estabilização de uma estrutura produtiva tendente à autossatisfação com seus níveis de discreta

melhoria e, portanto, não conducente a estimular um novo patamar de tecnologia de produção, incrementos de produtividade da mão de obra, capitalização rural, integração da renda e dos benefícios sociais do crescimento econômico; ou seja: não se gerou um processo de desenvolvimento autossustentado.

Em síntese, a mobilidade espacial decorrente do acesso às terras públicas quebrou a rigidez do anterior regime de relações de produção (latifúndio feudalizante) e melhorou relativamente a renda do produtor rural, mas a falta de política do poder público, para transformar ocupantes em proprietários rurais, impediu que estes colhessem o total de benefícios implícitos na nova estrutura; permitiu o florescimento da grilagem, restringiu a capitalização dos produtores ao menor número, enquanto o maior número era compelido ao nomadismo predatório; facilitou a ocupação, pela pecuária, das terras desbravadas de melhor utilização na agricultura; manteve restrito o mercado consumidor de produtos industriais; proporcionou a formação de uma nova classe mercantil/especuladora, que foi a grande beneficiária de todo o processo de mudança da geografia econômica e das novas relações de produção.

Enquanto o processo socioeconômico rural assim encontrava restrições ao potencial de uma nova estrutura que não chegou a consumir-se e que mais beneficiou, sobretudo, o subsetor comércio, do setor terciário, a indústria maranhense evoluía relativamente em sua participação na formação da Renda Interna Estadual, pois, ao se multiplicarem excessivamente as unidades de beneficiamento primário da amêndoa de babaçu (único ramo industrial que sofre expansão considerável no período e cujo parque logo atingiu elevado grau de ociosidade, por carência de matéria-prima, cessando, em consequência, a atividade, de numerosas usinas), fecharam todas as fábricas de tecidos, o ramo industrial de maior peso e tradição no setor secundário maranhense que, ao ser instalado em final do século XIX, dera ao Maranhão a condição do quarto Estado industrial do País. A combinação do processo de liquidação da indústria têxtil com as dificuldades dos produtores de óleo de babaçu (das 46 usinas instaladas, não chega a 10 o número das que remanescem funcionando) criavam uma visão negativa e desencorajadora de iniciativas industriais que, contrastando com o alto lucro obtido pelo capital aplicado nas transações mercantis propiciadas pelo incremento de produção agrícola no sistema acima descrito, não poderia permitir o surgimento de um

empresariado local capaz de utilizar as oportunidades que, a despeito de tudo, existiam e continuam à espera da iniciativa industrial.

O Último Decênio

A análise do desempenho da economia maranhense, nos últimos 10 anos, evidencia que os esforços públicos, com ênfase para a infraestrutura (1967-74) e os estímulos ao setor primário, posto que tenham produzido uma não desprezível reversão da tendência declinante dos setores produtivos, não produziram o resultado esperado.

Uma análise preliminar aponta o crescimento do setor primário a taxas positivas, a partir de 1967 com flutuações facilmente compreensíveis pela vulnerabilidade da produção rural e a alta dependência da economia, como um todo, nas flutuações dos preços externos de apenas dois produtos, arroz e babaçu, e os setores secundário e terciário acompanhando a curva da evolução daquele setor, numa evidência clara da forte dependência em que os setores urbanos se vinculam à economia rural, no Maranhão.

A deficiência da resposta econômica aos investimentos em infraestrutura (possibilitados em grande medida pela nova política de distribuição da Receita Pública, que quase duplicou a capacidade de investir dos governos estaduais nas áreas subdesenvolvidas) evidencia basicamente que:

- a) – o reforço da infraestrutura não induziu um processo autônomo de industrialização;
- b) – os investimentos públicos não tiveram o poder de alterar a estrutura econômico-social notadamente no meio rural, por não ter sido possível transferir aos produtores rurais (80 % da mão de obra ocupada no Estado) o benefício decorrente das economias externas e melhoria qualitativa da produção, e que desestimulou as inovações tecnológicas e manteve restritíssimo o mercado consumidor rural.

A alínea b é em realidade o grande fator determinante da restrição à expansão de todo o processo econômico maranhense, pois a expansão de um setor industrial (salvo para o beneficiamento ou transformação de matérias-primas estaduais de demanda externa, em número restrito,

e em unidades de alta densidade de capital e, portanto, pouco empregadoras e concentradoras de renda) dinâmico e empregador depende da incorporação, ao mercado consumidor, da massa de

TABELA I I
Maranhão – Distribuição da Renda do Trabalho e Mista 1960-70

POPULÃO (decis)	% DE RENDA			
	1960		1970	
1º inferior	3,5		2,0	
2º 30%	4,5	3,0	3,0	9,0
3º	5,0		4,0	
4º	6,0		6,0	
5º 30%	7,0	22,0	7,0	20,5
6º	9,0		7,5	
7º	10,0		8,5	
8º 30%	11,0	30,0	11,0	32,5
9º	12,0		13,0	
1º superior	32,0		38,0	
5%	23,0		25,0	

população rural, posto que o consumo urbano dificilmente oferece escala de produção satisfatória.

Sem um setor industrial dinamicamente expansivo, capaz de ampliar a massa urbana de consumidores efetivos de bens e serviços, o setor terciário só encontra condições de inflar-se no paternalismo público e nas formas de subemprego urbano; o primeiro, restritivo da capacidade de investir do poder público, e, o segundo, apenas capaz de tornar mais

numeroso o subconsumo e sem condições de alterar o perfil da demanda de bens industriais e de serviços.

O quadro comparativo da distribuição da renda pessoal levantada pelos Censos de 1960 e 1970 confirma a expectativa de concentração de renda resultante da incapacidade do esforço de investimento público para alterar a estrutura econômico-social obsoleta.



MARANHÃO-BRAZIL-RUA GRANDE

Um Projeto para o Maranhão

Considerações Gerais

Ao nível dessa estrutura herdada e dos fatores disponíveis (capital + tecnologia escassa + mão de obra de baixa qualificação + terra em relativa abundância) o objetivo da expansão econômica pode apresentar dois modelos de nítida conformação:

Modelo Maximizador dos Efeitos Econômicos Elevando a Produtividade dos Fatores, com Ênfase para o Capital sem Preocupação com os Custos Sociais

Este projeto colocaria à margem qualquer preocupação de natureza social através da difusão dos benefícios econômicos e sociais da expansão. Basear-se-ia no estímulo à capitalização rural através da concentração da propriedade, substituição da força de trabalho humana pela motomecanização de forma a criar grandes unidades produtoras rurais, com a transformação da agricultura atual com características de subsistência para a cultura de plantas de uso industrial, a pecuária moderna e a racionalização do extrativismo.

O modelo permitiria desenvolver a agroindústria e projetos industriais de grande porte e alta densidade de capital, voltados para mercados fora do Estado. Este modelo não permitiria a permanência da atual prevalência da propriedade familiar rural semiprimitiva que seria provavelmente repelida para as terras livres da Amazônia pela incapacidade de competir com a estrutura rural capitalista a implantar.

O modelo demandaria recursos maciços de capital de obtenção extremamente improvável (ver a ineficiência do sistema de incentivos fiscais regionais) a menos que este Projeto Maranhão pudesse ser vendido ao governo federal para deste receber tratamento prioritário nacional, o que parece utópico. Mas pode ser viabilizado pela atração de capitais do Sul do País atraídos pelo baixo preço da terra, o que resultaria na desregionalização total do comando da economia do Estado.

Implicaria, com certeza, um esvaziamento demográfico do Estado e a implantação de modelo altamente concentrador de renda (a alta disponibilidade de mão de obra regional não permitiria a repetição dos modelos do sul do País) e vulnerável na medida em que internamente dependente de mercados externos. Inevitavelmente resultaria, também, na marginalização de ponderável massa populacional expelida pela modernização agrária para os centros urbanos, notadamente a Capital.

Excluindo este modelo de incerta possibilidade, duvidosa conveniência econômica e custo social elevado e também não podendo ser considerada a hipótese de um processo satisfatório de industrialização, pode concluir-se que o modelo viável, a médio prazo, para o Maranhão, com base nos fatores disponíveis é:

Modelo de Modernização Relativa com Aproveitamento mais Racional dos Fatores Efetivamente Disponíveis e Ênfase para a Difusão Social dos Benefícios da Expansão Econômica Capaz de Transferir o Estado da Economia Pós-Colonial para uma Economia Pré-Capitalista

Se este modelo é admitido, o esforço do poder público no último decênio para desobstruir os estrangulamentos da infraestrutura econômica e social e reativar o setor primário — o que efetivamente oferece perspectivas de resposta mas significativa e imediata com democratização dos efeitos econômicos — foi correto.²⁸

²⁸ Na 1ª edição está “foi acertado — foi correto” (LM).

Contudo é de reconhecer-se que nem a resposta alcançou os índices esperados nem se obteve a difusão social da expansão econômica que, embora moderadamente, efetivamente ocorreu a partir de 1967. Os indícios são de que, antes, acentuou-se a concentração da renda a um subsetor do terciário, o comércio, que ampliou a parcela apropriada na intermediação da produção agrícola. Assim nem a massa de produtores rurais recebeu o estímulo da elevação da renda imprescindível à incorporação de melhorias tecnológicas nem se alterou o perfil estadual de demanda que, a nível de 85% da população, continuou restrita à subsistência elementar.

A estrutura da economia maranhense, malgrado os incrementos quantitativos de produção e exportação do último decênio, não sofreu nenhuma alteração fundamental e antes pode afirmar-se que sequer foi possível implementar todas as consequências da mudança econômica e social implícitas na ruptura do sistema “latifúndio-transporte fluvial-Praia Grande” que prevalecia no Estado até a década de 1950, quando foi substituído pela prevalência do sistema “nova fronteira agrícola-rodovias-multipolarização comercial”.

Cumprir indagar porque se frustraram essas excelentes pré-condições de mudança, apesar dos investimentos públicos ponderáveis dos últimos 7 anos em infraestrutura e fomento ao setor primário.

Tudo leva a crer que medidas básicas imprescindíveis deixaram de ser implementadas, medidas de complementaridade essencial ou talvez mesmo de maior essencialidade, sem as quais tudo o que pode obter-se da economia é a expansão quantitativa moderada da produção (a menos que as circunstâncias cooperem para incorporar à agricultura áreas consideráveis de terras virgens, como ocorreu, em decorrência da abertura de rodovias federais e coincidente mau ciclo climático nordestino, do fim da década de 1950 aos primeiros anos da década de 1960). Expansão produtiva que — parecem indicar sobre anos recentes — apenas tem beneficiado os intermediários comerciais e o governo estadual; os primeiros por terem se apropriado mais do que proporcionalmente das conjunturas favoráveis de preços dos produtos maranhenses, e o segundo por ter sido beneficiário decorrente (via tributação) da conjuntura.

Onde — cabe perquirir — os estrangulamentos persistentes ou erros da ação programada do governo ou impasses institucionais que impediram o modelo de mudança econômico-social

implícito nos eventos das décadas 50/60 de frutificar seus benefícios e abrir efetivamente um novo capítulo na realidade maranhense, pela superação dos resíduos feudais de sua estrutura?

A menos que o modelo a implantar fosse o descrito acima como Modelo A, pouco se poderá conseguir no asseguramento de um processo de desenvolvimento do Estado sem identificar aqueles estrangulamentos e/ou erros de ação governamental e/ou impasses institucionais.

A evidência empírica e as informações disponíveis conduzem a tentar identificar três obstáculos fundamentais à mudança que proclamadamente se perseguiu:

a) IMPASSE FUNDIÁRIO. Nas últimas 3 décadas ampliou-se de 328 mil ha para 775 mil ha a área agrícola incorporada ao processo produtivo pela expansão da nova fronteira possibilitada pela ampliação da rede rodoviária, imigração e migração interna intensa. Tornadas acessíveis grandes áreas de terras virgens devolutas ocorreu um processo predatório e em grande medida nômade de ocupação dos vales do Mearim, Pindaré, Turi e Tocantins, do mesmo passo que a

TABELA 12
Posse da Terra [em 5 Estados] 1970

ESTADO	TOTAL DE UNIDADES PRODU- TORAS	CONDIÇÃO DE POSSE DA TERRA					
		Proprietário		Lavradores sem terra regularizada			
		Absoluta	%	Arrendatário	Ocupantes	Total	
						Absoluta	%
Maranhão	369.924	48.397	12	147.629	190.405	338.034	85
Pará	141.779	64.695	46	8.347	66.195	74.542	53
Piauí	217.992	73.744	34	50.402	49.993	100.395	45
Ceará	245.955	159.135	65	21.238	37.910	59.148	24
Goiás	145.144	110.897	77	6.149	26.776	32.926	23

Nota: Não há indicação de fontes por BT na 1ª ed., mas os dados podem ser encontrados em Anuários Estatísticos do IBGE referentes a 1970 ou no sítio do Instituto na internet (LM).

produtividade (elevada na primeira utilização) dessas terras assegurava incrementos mais que proporcionais da produção de cereais e dos excedentes exportáveis.

Essa frente de avanço pioneiro teve suas próprias características de instabilidade agravadas já pelo descaso do governo estadual que permitiu sua espontaneidade sem a preocupação de estabilizar — pela posse da terra e oferta de economias externas — a ocupação e, por outro lado nada fez para coibir as fraudes de titulação (e antes se associou ao processo concedendo títulos de grande propriedade destinada à pecuária ou à especulação fundiária sobre áreas já trabalhadas por unidades familiares). Resultou daí que exatamente as áreas novas incorporadas, onde poderia ter sido racionalizada a posse e uso da terra são hoje as mais turvas estruturas agrárias, a exigir medidas pertinentes e decisivas de regularização que têm encontrado óbice na restrição ao INCRA das desapropriações por interesse social e na delonga excessiva dos procedimentos judiciais que, na prática, frustram a iniciativa do governo estadual.

Disso resulta a anômala situação de posse e uso de terra que situa o Maranhão, apesar do considerável estoque de terras públicas, na pior proporção proprietários/lavradores sem terra da região; anomalia que impede a massa maior dos produtores rurais de se beneficiarem do sistema de financiamento da produção e faz deles prisioneiros de uma intermediação de crédito (via usineiros e comerciantes) que multiplica, a níveis insuportáveis, o custo do financiamento traduzido pela venda da produção a preços aviltados. E, finalmente, impedindo-o de capitalizar-se mesmo a níveis incipientes, frustra a possibilidade de melhorias tecnológicas e reativa o nomadismo na busca da mata cujo desmonte permite melhor produtividade na primeira utilização da terra ou por pressão dos que tiveram meios de apropriar-se da gleba que tornou produtiva com seu trabalho.

Por solicitação do governo estadual, o presidente Medici baixou decreto considerando 75.000 km² da superfície do Estado em área prioritária para Reforma Agrária, cobrindo a região compreendida entre Pindaré-Lago da Pedra e Ipixuna-Dom Pedro, que concentra a maior densidade populacional e a participação mais ponderável na produção agrícola maranhense. A medida federal permite uma ação decisiva no sentido da regularização da posse de terra, pela anulação da titulação fraudada e — quando for o caso — a desapropriação por interesse social. Contudo,

três anos decorridos da decretação nada foi posto em execução pelo INCRA, a quem incumbiriam as medidas de implementação da Reforma; enquanto isso, posta sob suspeita a situação fundiária da região, as entidades creditícias passaram a recusar financiamentos aos produtores que anteriormente incluíam entre seus clientes.

O trabalho que o governo estadual desenvolveu em áreas menos controvertidas alcançou nos últimos 4 anos cerca de 12 mil unidades produtoras, realização extremamente modesta quando se considera a massa de unidades produtoras sem posse regularizada.

A estrutura da posse e uso da terra continua assim a ser fortíssima condicionante negativa do processo de modernização agrária e incorporação dos produtores rurais ao mercado consumidor de bens e serviços que não se limitem a assegurar a simples sobrevivência.

b) IMPASSE DA INTERMEDIÇÃO COMERCIAL – O estabelecimento de uma nova fronteira agrícola nos últimos 30 anos, avançando condicionada pela expansão da rede rodoviária, subverteu por completo o sistema comercial secular, estabelecido na malha da navegação fluvial e convergente para o oligopólio-oligopsônio de São Luís (Praia Grande). O peso da produção agrícola deslocou-se do vale do Itapecuru para os do Mearim, Pindaré e Tocantins e, de vez que as exportações — excetuando o óleo/torta de babaçu — tinham por mercados de maior demanda o Nordeste e as camadas de menor renda de Minas-Rio; o porto de São Luís oferecia cada vez mais precárias condições de operação; os produtos maranhenses beneficiavam-se do frete de retorno dos caminhões que demandavam o Estado trazendo mercadorias cujo valor por unidade de peso permitia o frete rodoviário, fracionou-se extremamente o sistema comercial atacadista e subatacadista (antes concentrado em São Luís onde firmas rateavam áreas de controle) do mesmo passo que ganhavam peso as unidades comerciais móveis constituídas pelos caminhoneiros que, por conta própria ou como agentes de empresas de fora do Estado, vendiam e compravam sem a intermediação dos atacadistas.

Este novo sistema comercial ofereceu sem dúvida menor rigidez e, por ser concorrencial, melhorou em alguma medida a remuneração dos produtores rurais. Não pôde chegar, porém, a produzir todo o potencial que tinha implícito devido a:

– Insuficiência da rede rodoviária alimentar, que, isolando os centros produtores, permitia a manutenção de;

– Cadeia excessiva de elos comerciais isto é, agentes e subagentes dos comerciantes estabelecidos nos eixos viários;

– Anomalia na posse e uso da terra que, como já se expôs, vieram a prevalecer mesmo nas áreas de nova fronteira agrícola, de que resultaram;

– Relações de produção inadequadas, que restabelecem a vulnerabilidade financeira dos produtores e impedem uma equânime distribuição entre produtores e intermediários comerciais da renda gerada pela agricultura.

Sem acesso ao sistema de financiamento da produção o produtor rural é obrigado a submeter-se à rede de fornecedores-agentes comerciais-grossistas que só oferece sobre as relações depressivas do latifúndio a vantagem relativa de ter alguma condição concorrencial. Esta rede não prejudica apenas o produtor — por seus excessivos elos, encarece também os preços ao consumidor.

c) IMPASSE TECNOLÓGICO – Entregue durante decênios a uma filosofia de cumprir o exercício da manutenção do *status quo*, o Governo, no Maranhão, ignorou por completo a identificação do verdadeiro potencial de recursos naturais do Estado que também não se beneficiou de atividades nesse sentido por parte do governo central, de vez que mesmo a nível nacional a pesquisa-experimentação-desenvolvimento tecnológico não foi, no período, interesse prioritário do poder público e a limitada atividade nesse sentido seguiu todo um processo de concentração de investimentos em favor das áreas de maior dinamismo econômico, decorrente da transferência, no século XIX, do eixo econômico e político nacional do Nordeste para o Centro-Sul e Sul do País.

Assim, ao atingir-se a metade do século XX, no Maranhão a atividade fundamental continuava sendo: a pecuária extensiva e degenerativa, a pesca de captura artesanal, a coleta de produtos nativos (babaçu), o cultivo, por métodos predatórios do fogo, de gêneros de subsistência. Os únicos plantios de plantas de uso industrial — a cana e o algodão (que fizeram a prosperidade do começo do século XIX) — entraram em decadência. No beneficiamento da mandioca os equipamentos artesanais são herdados da cultura indígena. O peso da indústria de transformação (notadamente se se considera a produção de uso final) na economia reduziu-se a proporções insignificantes.

TABELA 13
 Maranhão – Renda por Pessoa Economicamente Ativa 1960-1970
 Remuneração do Trabalho e Mista
 (milhares de CR\$)

ANO	Renda Rural	Pop· Econ· Ativa	%	Renda Urbana	Pop Econ· Ativa	%	Renda Total	Pop· Econ· Ativa	%
1960	51.687,3	477,9	108,2	22.421,6	121,8	184,1	74.108,9	599,7	123,6
1970	67.186,6	632,5	106,2	47.191,4	199,3	236,8	114.378,0	831,8	137,5

Nota: Os valores da Renda na 1ª ed. estão em CR\$. Por conveniência do leiaute da tabela, foram transformados em milhares de CR\$. Os números da População Economicamente Ativa sofreram transformação semelhante. Tal procedimento possibilitou a confecção de colunas mais estreitas, mantendo a tabela na largura da mancha gráfica. Não há indicação de fontes por BT na 1ª ed., mas os dados desta tabela podem ser encontrados em Anuários Estatísticos do IBGE referentes a 1960 e 1970 ou no sítio do Instituto na internet (LM).

TABELA 14
 Maranhão – Área de Lavoura por Pessoa Ocupada 1950-70

Ano	Área de Lavouras	População Econ. Ativa	Área por Pessoa Ocupada	Produto agrícola	
				Por Pessoa	Por Área
1950	328.714	360.707	0,80	584	641
1970	773.670	632.456	1,01	1278	1.041

Fonte: Índice de Preços por Atacado (alimentos), FGV e Renda Agrícola 1950, FGV (BT).

No último século as únicas inovações no sentido de utilizar recursos naturais são: o babaçu como oleaginosa – só agora se atenta para a perspectiva de aproveitamento integral do coco; jaborandi para obtenção da pilocarpina (graças à tecnologia do grupo internacional Merck).

TABELA 15
Maranhão – Estimativa de Renda Interna 1960-1970

SETOR	RT		RK		T	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Renda Rural	624	804	-	-	624	804
Renda Urbana	269	566	355	336	628	902
Renda Total	893	1370	355	336	1256	1706

Nota: A fonte desta tabela não foi indicada por BT, mas as informações podem ser encontradas em Anuários Estatísticos do IBGE referentes a 1960 e 1970 ou no sítio do Instituto na internet (LM).

TABELA 16
Maranhão – Renda Mensal do Trabalho e Mista 1960-70
(Não inclui Renda do Capital)

ANO	RENDA RURAL	POP. RURAL	RENDA P/HAB. RURAL	RENDA URBANA	POP. URBANA	RENDA P/HAB. URBANA	RENDA TOTAL	POP. TOTAL	RENDA P. HAB. TOTAL
1960	51.687,3	2.043,6	25,29	22.421,6	448,5	49,99	74.108,9	2.492,1	29,74
1970	67.186,6	2.240,6	29,99	47.191,4	752,0	62,75	114.378,0	2.992,7	38,22
%	0,30	0,10	0,19	1,10	0,68	0,26	0,54	0,20	0,29

Nota: A fonte desta tabela não foi indicada por BT, mas as informações podem ser encontradas em Anuários Estatísticos do IBGE referentes a 1960 e 1970 ou no sítio do Instituto na internet (LM).

Só muito recentemente o governo vem desenvolvendo esforços significantes, embora insuficientes, no campo da identificação de Recursos Naturais e seu potencial de utilização e da pesquisa/experimentação. O novo horizonte que se abre para o babaçu, pelo aproveitamento integral que multiplicará seu valor econômico, e a perspectiva da industrialização do gigantesco estoque florestal da pré-amazônia maranhense que só em madeiras de demanda internacional

TABELA 17
 Maranhão – Força de Trabalho e População Economicamente Ativa
 (10 anos e mais)
 1940-70

ANO	EMPREGO URBANO			EMPREGO RURAL			EMPREGO TOTAL		
	P. Total (A)	P. Remun. (B)	(B/A)	P. Total (C)	P. Remun. (D)	(D/C)	P. Total (E)	P. Remun. (F)	(F/E)*
1940	131.108	68.482	0,52	724.236	357.168	0,49	855.344	425.650	0,49
1950	203.116	73.173	0,36	899.610	406.041	0,45	1.102.726	479.214	0,43
1960	311.307	138.860	0,44	1.354.893	651.378	0,48	1.666.200	790.238	0,47
1970	522.654	210.260	0,40	1.501.098	762.900	0,51	2.023.752	973.160	0,48

* Na 1ª ed. esta coluna se encontra em branco. Como ela nada mais deve apresentar do que a relação entre a coluna F e a E, conforme indicado por seu título (F/E), fizemos os cálculos e a preenchemos com os valores encontrados. A fonte desta tabela não foi indicada por BT, mas as informações podem ser encontradas em Anuários Estatísticos do IBGE referentes a 1940, 1950 e 1960 ou no sítio do Instituto na internet (LM).

pode ser estimado em mais de 5 bilhões de dólares, são indicativos do potencial desaproveitado ou dilapidado pela deficiência tecnológica, no Maranhão.²⁹

Esse déficit tecnológico resulta na manutenção da economia estadual em níveis de primitivismo e baixa produtividade de fatores, inclusive aqueles de maior disponibilidade, e na indisponibilidade de alternativas de atividade econômica capazes de assegurar maior produtividade a esses fatores.

²⁹ Pesquisas vêm sendo desenvolvidas pelo IRN/CODEMINAS para identificar Recursos Minerais, Solos e Florestas, e Recursos Pesqueiros, e restritos experimentos a cargo da SAGRIMA têm sido realizados. IRN – Instituto de Recursos Naturais (extinto). CODEMINAS – Companhia Maranhense de Pesquisa Mineral, atualmente COPENAT – Companhia de Pesquisas e Aproveitamento da Recursos Naturais (ITAPARY). Em 1998, a COPENAT também foi extinta (LM).

Cumprer ressaltar que os setores urbanos — e notadamente a indústria — não têm tido capacidade para desenvolver mesmo as viabilidades existentes: o empresariado prevalecente com a mudança no sistema de fluxo de comercialização é uma nova estrutura não consolidada e com propensão forte para a especulação mercantil e improvisação administrativa, na busca de elevados ganhos na intermediação comercial ao nível depressor de preços ao produtor cujos condicionamentos já se descreveram.

Por outro lado, a propensão a investir da parcela da população que se beneficia da acumulação de renda está muito aquém de seu potencial, reduzida como é pelo consumo supérfluo ou até conspícuo e a preferência à colocação da poupança residual em títulos de renda que ampliam a evasão dos recursos estaduais, pois os valores captados fluem para Regiões mais desenvolvidas.

Se esses três impasses básicos não são rompidos — fundiário, comercial e tecnológico — todos os esforços de estímulo à economia resultarão, quando muito (e se as conjunturas externas de preços forem favoráveis) em crescimento de renda e de sua concentração (modelo de capitalização rural concentrada pela pecuarização latifundiária que, inclusive, o governo tentou patrocinar nos últimos dois anos); esvaziamento demográfico rural por expulsão para a marginalização econômica na Capital e para a nova fronteira agrícola amazônica; e perda de dinamismo dos polos urbanos do Interior por concentração e redução da função terciária decorrente da rarefação populacional das áreas rurais sob sua influência.

Este modelo, que poderá alcançar níveis de boa remuneração do Capital, não ensejará o surgimento de um setor secundário empregador, pois tenderá a dar oportunidade apenas a grandes unidades industriais modernas, capital-intensivas para exportação, já que a população tenderá a estagnar ou mesmo reduzir-se e acentuar-se-á a concentração da renda, posto que a renda *per capita* possa elevar-se substancialmente.

O modelo terá, via desapropriação da área dos posseiros rurais, um custo social elevado e provocará, no decurso de sua maturação, fortes tensões e fricções sociais.

Finalmente deve ressaltar-se que:

– A taxa da poupança pública tem se mantido a nível de 50% da Receita Global (inclusive captação de recursos externos de financiamento) mas está havendo forte compressão dos gastos



Fábrica Cânhamo, em São Luís - Do álbum Maranhão 1908, de Gaudêncio Cunha.

correntes com prejuízo de subutilização das redes de serviços implantados. A nível de formação bruta de capital fixo, a poupança pública deve estar próxima de $\pm 10\%$ do produto estadual bruto.

A poupança privada, face ao perfil de concentração da renda pessoal, pode estimar-se num mínimo de 6-8% do PEB. Contudo, a participação dessa poupança na formação de capital fixo, é muito inferior a esse percentual quer por uma tendência crônica das camadas de maior renda ao “consumismo” quer pelo atrativo de aplicar essas poupanças a formas não maranhenses de captação (ações, papéis de renda, etc.) A poupança local destinada a formação bruta de capital fixo não deverá estar hoje ultrapassando 5% do PIB.³⁰ Assim pode estimar-se a formação bruta de capital fixo em torno de 15% (10% do governo + 5% dos investimentos privados) bem acima do nível que w. w. Rostow³¹ aponta como indicador da arrancada para o desenvolvimento. Contudo há que analisar que a proporção entre investimentos (FBCF)³² públicos e privados tem tendido a ampliar as economias externas mais rapidamente do que as unidades diretamente produtivas. Assim a resposta econômica não é estritamente proporcional a uma relação P/K dos setores produtivos porque é reduzida pela menor rentabilidade econômica dos Investimentos em economias externas.

30 Note-se que um pouco mais acima, neste mesmo parágrafo, o autor usa PEB (Produto Estadual Bruto) em vez de PIB (Produto Interno Bruto) (LM).

31 Walter Rostow sugeriu no seu livro *Etapas do desenvolvimento econômico* (1959) que os países passam por cinco etapas em seu caminho para o desenvolvimento. Ele aponta três indicadores principais de arrancada, com base na experiência histórica da industrialização de alguns países: 1) o aumento evidente das taxas de crescimento da produção industrial total e por habitante; 2) a duplicação da taxa líquida de poupança, como evidência do esforço de acumulação; 3) a sucessão de indústrias motrizes, como a têxtil, siderurgia, estradas de ferro. Bandeira Tribuzi se refere, é evidente, ao segundo indicador (LM).

32 Formação Bruta de Capital Fixo (LM).

Um Projeto para o Maranhão

Por tudo que foi exposto continuamos a considerar que é impositiva a opção por um outro MODELO DE PLENA UTILIZAÇÃO DOS FATORES DISPONÍVEIS COM MÁXIMO APROVEITAMENTO DO POTENCIAL DE RECURSOS NATURAIS E MÁXIMA DIFUSÃO SOCIAL DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.

Vale dizer que o esforço do setor público e a mobilização do esforço do setor privado devem convergir para:

- aprofundamento da identificação dos recursos naturais;
- identificação e desenvolvimento (via pesquisa/experimentação) de tecnologias visando o máximo aproveitamento dos recursos naturais ao nível do potencial dos outros fatores disponíveis ou mobilizáveis;
- elevação relativa da tecnologia do fator trabalho e redução da ociosidade relativa da mão de obra rural;
- eliminação dos impasses estruturais/institucionais que limitam a capacidade de modernização da estrutura de produção agrícola;
- adequação da oferta de infraestrutura às exigências de expansão do sistema produtivo;
- estímulos ao investimento privado com ênfase para os projetos industriais.

O Estado oferece dois caminhos que isolados ou combinadamente, permitem superar os fatores restritivos anteriormente expostos:

- A) – melhor combinação dos fatores amplamente disponíveis. Terra e mão de obra rural;³³

33 EVIDÊNCIAS CENSITÁRIAS – Segundo os primeiros dados do Censo Agrícola [1970] a produção obtida nas lavouras do Maranhão é inversamente proporcional, em termos de rendimento por área disponível, ao tamanho da propriedade. As grandes propriedades, que ocupam percentual elevado da área agrícola são, em sua quase totalidade, utilizadas para a pecuária, mantendo parcelas ponderáveis de área de mata e inculta. Assim, o incremento significativo da produção agrícola estadual, nos últimos 20 anos, deveu-se quase exclusivamente ao incremento da mão de obra rural (mais que proporcional ao aumento vegetativo da população, devido ao ingresso ponderável de migrantes em idade de trabalho) atuando sobre as terras devolutas tornadas acessíveis pela abertura dos grandes eixos viários de ligação inter-regional. Os dados evidenciam, também, que enquanto a pecuária de grande porte teve, no período, uma taxa de incremento muito insatisfatória, a pecuária de pequeno porte cresceu em ritmo muito superior, nas pequenas unidades de produção agrícola. Fica, pois, claro que, ao nível dos fatores

TABELA 18
Maranhão – Cenários da Renda Estadual
(hipótese em CR\$ milhões)

MÃO DE OBRA OCUPADA DIAS/HOMEM (MILHÕES)	REND AGRIC. (A)	REND INDUST. (B)		REND TERCIÁRIA (C)			TOTAL	RPH* (CR\$)
		Valor	Correl. (B/A)	Valor	Correl. (C/A)	Gov.		
120 (atual)	2.100	340	0,165	1.940	0,96	360	4.380	1.250
180 (hipótese A)	3,150	410	0,130 ¹	2.835	0,90	640	6.395	1.827
240 (hipótese B)	4.200	462	0,110 ²	3.570	0,85	987	8.232	2.352

(1) Se se admite o efeito ampliação do consumo diversificado pode construir-se outra hipótese de renda industrial: correlação 0,18 e RI=567 e, portanto, RT=6.552; (2) Neste item teríamos: correlação 0,20 e RI =0.840 e RT =-8.610. *RPH=renda por habitante; RI=renda industrial; RT=renda total] (BT).

estadualmente disponíveis, o desenvolvimento agrícola com base na grande propriedade pecuária — mesmo que relativamente modernizada — é uma falácia. Vejamos os números evidenciadores: hipótese ótima de rentabilidade atual da pecuária permite admitir a produção de 30 kg de carne por hectare/ano; ao preço da carne ao consumidor isso significaria 30 kg x CR\$ 16=480 (ICM incidente 67,2). Considerando que o nível de tecnologia do produtor de pequena propriedade exige um pousio das terras de 4 anos na produção das lavouras, teremos a seguinte produção estimável por hectare:

$$(P/ha)=(1.500 \text{ kg} \times \text{CR}\$4,4)/5 = \text{CR}\$ 1.320$$

$$(\text{ICM incidente}=\text{CR}\$ 184,8).$$

Se aplicadas estas opções ao limite da mão de obra disponível atualmente (e dentro da disponibilidade de área agricultável do Estado) teremos:

a – Força de trabalho rural 1.200.000

Área limite utilizável por ano 3.600.000 ha

Área demandada para pousio 14.400.000 ha

Área total demandada 18.000.000 ha

Produção estimável da área utilizável 5.400.000 t

b) – identificação dos “desperdícios” de Recursos Naturais e das matérias-primas industrializáveis (mesmo que só para exportação) e comando pelo poder público de seu aproveitamento industrial (com maior ou menor participação da Poupança Privada, local, sempre que possível).

Caminho A) - com relação à posse e uso da terra o Maranhão apresenta um aspecto rural trifacial: a) vasta disponibilidade de terras públicas estimável em 15.000.000 ha, embora parte ponderável desse total esteja hoje ocupado por produtores rurais sem titulação, com tendência à minifundização, parte “grilada” e parte em processo de alienação a grupos econômicos de fora do Estado que, preferencialmente, destinarão as áreas à pecuária; b) no Cerrado, Chapadões e Planalto prevalência de latifúndio com pecuária de baixa produtividade ou extensivismo e/ou produtores rurais em regime semifeudal e praticando lavoura de subsistência, de baixa produtividade nessas Regiões; c) minifúndio insuficiente à simples manutenção familiar por densidade populacional excessiva com relação à área não salificada da Baixada.

Com relação à tecnologia agropecuária três são os óbices mais graves à plena utilização dos fatores disponíveis: d) indisponibilidade de definição de opções de culturas que permitam elevar a utilização da mão de obra rural (os tratos atuais significam a ocupação de apenas 120 em cada 300 dias); e) prevalência da predação das reservas florestais avaliadas em 30/40 m³ por hectare, na incorporação de novas áreas; f) em vastas áreas ainda é praticado o criatório extensivo de pecuária bovina, o que resulta em baixíssimas taxas de reprodução e desfrute.

A análise desses problemas de posse e uso da terra e insuficiência tecnológica permite propor uma política combinatória de ação para a agropecuária que sintetizaremos em:

a) Reorganização do espaço econômico rural, destinando a Pré-Amazônia à ocupação pelos excedentes de mão de obra das áreas expressas nos itens “b” e “c” supra; estimulando a concentração fundiária, na área compreendida no item “b” num modelo de empresa capitalizada capaz

Valor da produção CR\$ 23.760.000.000

b - Utilização em pecuária da área total prevista na hipótese “A”

30 kg/ha/ano x 18.000.000 ha=540.000 t

540.000 t x CR\$ 16.000=CR\$ 8.640.000.000

Acrescente-se que a viabilidade da Hipótese “B” exigiria um rebanho de 18 milhões de cabeças, ou seja, uma inversão adicional de cerca de CR\$ 15 bilhões, que supera, a nível totalmente inviável, a capacidade maranhense de poupança (BT)

de elevar a produtividade do solo por aumento dos recursos de capital/tecnologia; orientando a Baixada à pecuária bubalina.

b) Titulação das ocupações, com o duplo objetivo de pôr fim ao nomadismo predatório e assegurar melhor remuneração do trabalho rural pelo acesso ao crédito e política de preços mínimos.

c) Definição de alternativas de cultivos que reduzam a ociosidade relativa da mão de obra rural, elevando, portanto, a produtividade do trabalho e a renda rural, sem necessidade de um salto tecnológico (que poderia ter efeito desempregador).

Da combinação destes fatores poderiam admitir-se os seguintes efeitos básicos:

x – Duplicação média estadual da produtividade do trabalho e conseqüentemente da renda das famílias rurais;

y – mais do que duplicação da produção rural e dos excedentes exportáveis;

z – mais que duplicação da Receita Tributária estadual;

w - criação de um mercado interno de 2,5 milhões de consumidores para o espectro de produtos industriais de consumo popular e, conseqüentemente, escala de demanda para um complexo de indústrias leves muito empregadoras (o que reduziria o desemprego e subemprego urbano).

Estas medidas de reorganização do espaço econômico e elevação da produtividade da terra e do trabalho rural deveriam ser complementadas por políticas relativas ao item “A” inicial visando dar valor econômico aos “desperdícios” e identificar as matérias-primas mal ou subutilizadas que permitam uma industrialização ainda que só “voltada para fora”.³⁴ Identificada a viabilidade desse aproveitamento, o governo deveria “comandar” (inclusive se for o caso como maior acionista) os projetos mais significativos, mobilizando, através da criação de um Fundo específico, a Poupança estadual, para assegurar máxima retenção local da renda gerada.

É difícil prever quanto poderia adicionar esta política industrial ao Produto Estadual mas, como indicativo do potencial, apontamos apenas o que poderá resultar do aproveitamento da casca do coco babaçu: o “desperdício” anual de 4.000.000 de toneladas de casca poderia ser convertido em 250.000

³⁴ O problema é basicamente tecnológico. Classificamos como “desperdício” disponibilidades não aproveitadas como: casca de babaçu, ariri, plantas nativas medicamentosas ou para perfumaria, peixe “despescado”, resíduos de arroz, etc (BT).

TABELA 19
Maranhão – Hipóteses de Incremento de Renda*

ESPECIFICAÇÃO	US% MILHÕES		
	1974	1980	
		Hipóteses A	Hipóteses B
Renda Rural	230	460	575
Renda Industrial	37	112	150
Renda do Terciário	193	368	460
TOTAL	460	940	1.185
Renda por habitante	140	248	426
Hab. (milhões)	3,3	3,8	3,8
Consumo Diversificado	146	470	740
Urbano	100	240	400
Rural	46	230	340
Receita Tributária	40	100	142
Capacidade Endiv. Público	200	500	710
Poupança Privada	37	100	150
Poupança Pública	40	100	142
TOTAL	77	200	292
P/RT	0,167	0,212	0,255
Δ RT	0,076	0,100	0,120
Δ RPC	0,046	0,070	0,090

* A tabela não contém título na primeira edição, acrescentado nesta (LM).

toneladas de carvão ativado cuja cotação internacional atinge em média us\$ 1.000/t ou seja um adicional de CR\$ 1.750.000.000,00 na Renda Estadual, mais de 30% da Renda Estadual prevista para 1975.

Os resultados da aplicação desta política, a curto prazo, podem ser assim mensurados, nas duas hipóteses a seguir dimensionadas:

Observação Final

Este trabalho ignora por completo o impacto e consequências do projeto federal Carajás-Itaqui, fugindo, portanto, ao hipereuforismo generalizado na área técnico-política estadual. Essa ignorância é consciente.

Em primeiro lugar porque no período em consideração (1975-79) é previsível: a implantação e início de funcionamento da ferrovia/sistema portuário exportador de minério de ferro, cuja repercussão sobre a economia estadual, a nível de emprego e renda, é insignificante (o benefício tributário é do Pará, via ICM); a construção da Usina Siderúrgica para 4 milhões de toneladas com efeito sobre o emprego (construção civil) e aquisição de material de construção de maior significação mas não capaz de alterar profundamente a composição da Renda Estadual. A usina só deverá funcionar em 1980/81. O emprego direto que oferecerá na primeira etapa é previsto em 5.000 pessoas; o indireto é difícil de estimar (talvez 15-20 mil) e incidirá sobre a Capital; mas os insumos maranhenses que poderá adquirir reduzem-se, em perspectiva, ao coque de babaçu e areia. O efeito combinado desse adicional de renda “não fictícia” é bastante ponderável se se considera o atual setor secundário maranhense (a participação na Renda Interna poderá talvez dobrar mas se isso ocorre a Renda apenas se elevará em 10%). O impacto será bem mais significativo se for alterada a legislação que isenta de ICM as exportações de produtos siderúrgicos (o que parece obtível de vez que a alta tecnologia do projeto e o custo nordestino da mão de obra asseguram níveis de concorrência tranquilos no mercado internacional aos produtos da siderúrgica do Itaqui); neste caso o governo terá sua Receita Tributária dobrada e, pois, substancialmente ampliada sua capacidade de ser o grande agente do processo estadual de desenvolvimento econômico.

Para o período 1975-79, portanto, parece ser desaconselhável transformar a perspectiva Itaqui em preocupação obcecante, posto que não deva deixar de receber prioridade a previsão de providências como: qualificação de pessoal; identificação da participação da economia estadual no suprimento de matérias-primas e demais insumos ao projeto; identificação de oportunidades industriais efetivas (vantagem locacional) decorrentes; adequação urbana da Capital para absorver o impacto do polo siderúrgico-exportador.



SOBRE
BANDEIRA
TRIBUZI

Da esquerda para direita, Tribuzi entre os filhos Paulo e Francisco.
Sentadas: Rosângela, filha, d. Maria, sua esposa e as filhas Tereza Cristina e Ana Amélia.

Sobre Bandeira Tribuzi

SÁLVIO DINO

Escritor, membro da Academia Maranhense de Letras, da Academia Imperatrizense de Letras e advogado:

Não era todo domingo que tomávamos banho de sol. Aquele foi um deles. Eis que, de repente, pela manhã bem cedo, ouvimos fortes pancadas na porta do cárcere castrense. Mexidas no cadeado. Pegaram-nos ainda deitados. Um deles, com ar de general, deu seco bom dia. Em seguida, perguntou qual dos três (o poeta Tribuzi, o jornalista Vera-Cruz Marques e eu, deputado cassado) era o senhor Bandeira Tribuzi. Com a identificação, ele disse, de lado, olhando para seus acompanhantes: “Esse professa ideologia com conhecimento de causa. Um dos poucos por aí ...”.

Esse nariz de cera é para (re)afirmar: o saudoso Monge foi e é um dos nossos maiores ideólogos de todos os tempos. Não cultuava uma ideologia chula como há nos pântanos políticos. Era, sim, um homem de pensamento de impecável coerência. Há quem sustente que ele serviu a muitos gestores públicos e, daí, cometeu imperdoáveis deslizes. Não foi bem assim.

Numa linguagem campesina: debaixo das grandes árvores, viceja uma vegetação rasteira que lhes prende a raiz, vivendo à custa delas. Muita rama sem a menor utilidade agarrada a seus galhos e muitos insetos nocivos vivem entre suas folhagens verdejantes. Para admirar um belo espécime de nossa flora é preciso despi-lo dos vírus enquistados no seu caule. Tribuzi foi uma dessas raras e invejáveis árvores do espírito humano. Sem sombra de dúvida, não se pode lançar à sua conta a distorção que certos gestores fizeram de suas ideias. Muitas vezes, seguiam apenas o que agradava aos seus apetites momentâneos. Impossível copiar a grandeza da *alma mater* que inspirava o inolvidável homem de letras.

Quanto mais voltamos ao passado, mais conseguimos entender o poeta-jornalista, em sua junção maior com o economista-assessor que adorava preparar valiosos documentos sobre a realidade político-administrativa, acompanhados de críticas e sugestões a serem dotadas. Falava sempre como professor de ciência política, numa visão de sociólogo de mão cheia. Seu discurso era de caráter teórico. O mundo capitalista não o empolgava. Por isso, sempre preferia a formação da opinião pública, em vez de agradar ao público. Em tudo, nele borbulhava as ideias socialistas, ressaltando a supremacia do social sobre o individual, de tal forma que sempre fique ao alcance da sociedade o usufruto dos bens materiais e espirituais.

Pensador político, conseguiu como poucos transcender as fronteiras de seu tempo. Dotado de inteligência lúcida, toda ela voltada para o Maranhão e sua gente. Li alhures: “Não se deve julgar os homens por suas opiniões, mas, sim, por aquilo que as opiniões fizeram deles”.

Quem sabe talvez a opinião das gerações futuras faça dele um julgamento bem diferente. E aí? Os rios de tinta sobre ele ainda estarão bem longe de deixarem o leito e transbordar.

EDSON VIDIGAL

Membro da Academia Maranhense de Letras, advogado e ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça. Foi colega de trabalho e de prisão de Bandeira Tribuzi, em São Luís do Maranhão.

Quantas artes cabiam naquele homem? Quantos engenhos ele seria capaz de engendrar? A palavra plural talvez fosse menor, incabível, inservível, para descrevê-lo.

Mas em qualquer pauta de que se ocupasse um sentimento maior, único, não se desprendia do seu olhar manso, a maior parte do tempo escondido por trás das lentes fortes, quase de fundo de garrafa.

E aqueles óculos de aros grossos, ostensivos, pareciam concorrência de espaços no rosto suave com as enormes costeletas.

Muitas vezes debruçado e pensando sobre um enorme mapa do Maranhão como se de inopino se danasse a fazer anotações quem fosse conferir depois se enganava, não tinha nada a ver.

As musas como se voando em asas de anjos baixavam ali na inspiração e lhe arrebatavam as ideias de economista, de planejador, lhe impondo a inspiração de poeta.

Uma vez, por volta da meia noite, na redação de *O Estado do Maranhão*, dávamos os retoques finais nos textos de fechamento da edição do jornal, eu era o secretário da redação e ele o redator chefe, quando se danou a tamborilar num ritmo de marcha rancho e passando a anotar rápido como se não quisesse perder uma sílaba da ordem que lhe ditavam as musas foi escrevendo sofregamente e antes do jornal rodar ele já havia composto, em letra e música, o futuro hino oficial da Cidade de São Luís, o Louvação – oh minha cidade/ deixa-me viver/ que eu quero aprender/ tua poesia...

Poucos sabem que aquela canção foi inscrita e venceu um festival de música popular

antes do prefeito Roberto Macieira, anos mais tarde, erigi-la por lei à condição de Hino Oficial da Cidade de São Luís.

Uma das cenas mais bonitas, conquanto triste, da vida de Bandeira Tribuzi ocorreu quando a procissão levando seu corpo pela rua do Passeio para o cemitério do Gavião irrompeu num canto geral como se todos antes houvessem ensaiado a Louvação.

De origem rica, educado em Coimbra, Portugal, José Tribuzi Pinheiro Gomes adotou o Bandeira como prenome oficial por causa de Manuel Bandeira, o poeta de *Estrela da vida inteira* e de *Itinerário de Pasárgada*, (lá sou amigo do rei/ lá tenho a mulher que eu quero/ na cama que escolherei), dentre outros.

Foi ele quem trouxe, num livro, Fernando Pessoa para o Maranhão, influenciando com aquele modernismo da poesia solta, leve, sem rimas, a sua geração inteira.

Trouxe também José Régio e Almada Negreiros, aquele das Quatro Estações, o poema que ele demorou vinte anos reescrevendo – Quando eu cheguei devia ser tarde/ já haviam dividido tudo/ pelos outros/ e seus descendentes./ Só havia o céu por cima dos telhados/ lá muito alto/ para eu respirar e sonhar...

Quando Bandeira Tribuzi retornou de vez ao Maranhão com a mulher e os filhos ele se desfazia de um longo exílio no Rio de Janeiro. Trabalhava como economista numa multinacional e escrevia para um combativo jornal carioca.

Neiva Moreira, que lhe conseguiu um emprego de economista no então Ministério da Viação e Obras Públicas com lotação no DNER em São Luís, lhe entregou o *Jornal do Povo* – contra a opressão e a injustiça social, num sobradão da rua da Paz, para dirigir. Muitas vezes encontrei ali João do Vale entoando a Tribuzi as canções que ia lançar. Eram muito afetivas as ligações entre eles.

Meio mecenas, Tribuzi passava um dinheirinho para João meter suas cachaças com o compadre e meio secretário Esmagado, craque do Sampaio Correa.

Com o golpe militar de abril de 64 e logo depois a prisão de Tribuzi sob acusação de disseminar ideias comunistas entre a juventude, o jornal de Neiva sucumbiu à inanição. Acolhido no *Jornal do Dia*, nos reencontramos no mesmo oposicionismo dos tempos

do *Jornal do Povo*. Neiva, exilado, as Oposições Coligadas quase em frangalhos, Tribuzi àquela altura era quem mais entendia o Maranhão, sua vocação econômica, nossos desafios no futuro a enfrentar.

Sim, as Oposições Coligadas se apresentavam às eleições com planos de governo, todos da lavra de Bandeira Tribuzi.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos do governo do Maranhão foi criação de Tribuzi. A Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, a SUDEMA, também. A descentralização administrativa através dos Encontros de Desenvolvimento Regionais Integrados, igualmente.

Bandeira Tribuzi foi para o Maranhão o que Celso Furtado representou em pioneirismo técnico para o Brasil no governo JK.

Uma ponte com seu nome é muito pouco para o que a sua memória merece. Ninguém pensou e planejou o Maranhão mais e acertadamente do que Bandeira Tribuzi.

Tem tanto município com denominações impróprias que dar a um deles o nome de Bandeira Tribuzi ainda não seria o bastante para resgatá-lo, mas um preito de justiça para lembrá-lo. No bom exemplo de idealista e de espírito público sempre voltado, de forma estoica e sensível, aos sentimentos e anseios do Povo do Maranhão.

FRANCISCO TRIBUZI

Professor de química em diversas escolas de São Luís. Filho de Bandeira Tribuzi, é poeta, autor de Verbo verde. Tem poemas publicados em antologias e na imprensa.

Não haveria este grito de amor-saudade se não fosses muito-antes-além de um nome-mito, o grande ser humanomano dos sem, que sempre se sobrepôs à fama, até cantar com Maria na prisão uma canção para ninar “os pastores da noite”: resignado contra os açoites que, se te amordaçaram o coração, jamais conseguiram te calar a voz. Tu, hino vivo de amor à tua cidade e seu povo, noticiando no jornal do teu humanismo o ideal de ver a igualdade di-vi-di-da. Teu sonho de paz acordando os meninos de rua do pesadelo da fome.

O cigarro aceso na boca minutos antes de pronunciarem o “íntimo comício”.

Por trás do riso largo, raro, a dor de não ter podido multiplicar-se mais para mais dividir-se.

Nem Coimbra, teu berço de estudo, fascinou-te mais que São Luís: teu berço de tudo. Teus *Sonetos* não ficaram guardados em uma antologia, livres percorrem ruas na boca do povo, *Rosa da esperança* em *Pele e osso* pelo *Consumo e odor*, testemunhando o *Breve memorial do longo tempo* e nos deixando como *Safra* a certeza de que juntos *amanheceremos a existência*.

*Pai, além da ponte
e das cinzas das letras
esta lembrança entranhada como tatuagem
na doce saliva da tua linguagem!*



Índice Remissivo

A

Abolição da Escravatura 47
açúcar 33, 41, 43, 47, 49
África 31
África do Sul 31
Alcântara, MA 35, 40
algodão 34, 35, 39, 41, 43, 47, 49, 50, 55, 77
 estagnação dos preços 41
 tecido de 50
algodão, tecido de 55
Amazônia 48, 61, 71
América do Sul 31
América Latina 32
América Latina Portuguesa 32
arroz 35, 62, 67
Associação Comercial do Maranhão 45
Austrália 31

B

babaçu 50, 55, 62, 67, 76, 78, 87
Baixada Maranhense 86, 87
Belém, PA 61
Bequimão 33
Brasil 32, 35, 49

C

café 47
Canadá 31
cana-de-açúcar 77
 aguardente de 33

Carajás-Itaqui, projeto 89
carne, abastecimento de 35
Carolina, MA 35
Cepalma, fábrica de celulose e papéis 63
Ciclo amazônico da borracha 48
Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão 33, 36
Corte Portuguesa, transferência para o Brasil 36
couro 50
couros
 exportação de 35

E

Encilhamento 47
Engenho Central de São Pedro 42
Estados Unidos 31, 41
Europa 32

F

França Equinocial 32

G

Gaioso, Raimundo José de Sousa 40
grilagem 66
Guerra do Paraguai 41
Guerra Mundial, ii 55

H

holandeses 32

I

Império Português 31, 32

Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma
Agrária 75, 76

Indústria têxtil maranhense 49

Inglaterra 35, 40

Itapecuru, fábrica de cimento 63

Itapecuru-Mirim, MA 35

Itapecuru, rio 32, 62, 76

J

jaborandi 78

jesuítas 32

M

mandioca 33, 50, 77

Maranhão

 decadência agrícola 47

 moeda de referência 33

 moeda metálica 33

Mearim, rio 62, 74, 76

Medici, Emílio 75

Merck 78

migração europeia 49

Minas Gerais 76

N

Nova Zelândia 31

O

Oceano Índico 31

P

Pacheco, Fran 42

Pará 89

Parnaíba, rio 62

Pastos Bons, MA 35

pecuária 35, 49, 50

 baiana 35

 bovina 62, 86

 pernambucana 35

pilocarpina 78

Pindaré, rio 62, 74, 76

Pombal, marquês de 33

Portugal 31

Praia Grande, em São Luís 61, 76

R

Rangel, Inácio 64

Revolta de 1684 33

Rio de Janeiro 76

S

Salvador, BA 32

São Luís, MA 32, 33, 35, 40, 76

Sudenveste, indústria de roupas 63

T

Tocantins, rio 62, 74, 76

Transtocantina, ferrovia 43

Turi, rio 62, 74

V

Viveiros, Jerônimo de 47



Em síntese: explorada da metrópole, a economia maranhense, posto que expansiva de 1756 à abertura dos portos (1808), sofreu todos os danos infligidos às economias periféricas pelo imperialismo da fase mercantil, inclusive a elevada vulnerabilidade a nível de preços e mercados para sua produção tendente à monocultura. E o florescimento algodoeiro canalizou para Portugal volume considerável de rendas, no Maranhão deixando, apenas, a marca arquitetonicamente apreciável, mas economicamente pouco significativa, da área colonial de São Luís e Alcântara.



Realização

CORECON MA
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Patrocínio



SEBRAE

*Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas
Maranhão*

